



# 澳門特別行政區 立法會會刊

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第六屆立法會

第二立法會期（二零一八 – 二零一九）

第一組

第 VI - 62 期

VI LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2018-2019)

I Série

N.º VI - 62

**Data:** 18 de Abril de 2019

**Início da reunião:** 15 horas

**Termo da reunião:** 18 horas e 7 minutos

**Local:** Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa, Macau.

**Presidente:** Ho Iat Seng

**Vice-Presidente:** Chui Sai Cheong

**Primeiro-Secretário:** Kou Hoi In

**Segunda-Secretária:** Chan Hong

**Deputados presentes:** Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Chan Hong, Ng Kuok Cheong, Cheung Lup Kwan Vitor, Chan Chak Mo, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Mak Soi Kun, Ho Ion Sang, Chan Iek Lap, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Wu Chou Kit, Fong Ka Chio, Pang Chuan, Lam Iok Fong, Lao Chi Ngai, Lei Chan U, Lam Lon Wai, Chan Wa Keong, Leong Sun Iok e Sou Ka Hou.

**Convidados:**

Chui Sai On, Chefe do Executivo;

Chan Hoi Fan, Secretária para a Administração e Justiça;

Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças;

Wong Sio Chak, Secretário para a Segurança;  
Alexis Tam Chon Weng, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;  
Cheong Weng Chon, Comissário Contra a Corrupção;  
Ma Io Kun, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;  
Vong Iao Lek, Director-geral dos Serviços de Alfândega;  
O Lam, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;  
Iao Man Leng, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;  
Teng Nga Kan, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;  
Cheong Ioc Ieng, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;  
Ip Peng Kin, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;  
Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;  
Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção;  
Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do Comissário da Auditoria;  
Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;  
Ma Iao Lai, Membro do Conselho Executivo;  
Cheang Chi Keong, Membro do Conselho Executivo;  
Chan Meng Kam, Membro do Conselho Executivo;  
Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;  
Eddie Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;  
Lam Kam Seng Peter, Membro do Conselho Executivo; e,  
Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

### **Ordem do Dia:**

Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com presença do Chefe do Executivo.

### **Sumário:**

Resposta do Chefe do Executivo às questões colocadas pelos deputados sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais.

### **Acta:**

**Presidente:** Srs. Deputados.

Vamos dar início à sessão, a Ordem do Dia de hoje é: os deputados colocam as suas perguntas ao Chefe do Executivo sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, e este responde às questões colocadas. Queria, em nome da Assembleia Legislativa, dar as boas-vindas ao Sr. Chefe do Executivo, aos Srs. Membros do Conselho Executivo e aos Representantes do Governo, e agradecer a vossa presença no plenário de hoje. Nos termos da Deliberação n.º 5/2018 da Mesa, os deputados formulam questões segundo a ordem de inscrição e só podem formular uma pergunta de cada vez, por um período máximo de dois

minutos. As perguntas vão sendo colocadas até ao fim da reunião, e as referidas disposições estão disponíveis nos vossos lugares. A reunião de hoje decorre entre as 15h00 e as 18h00, e já se inscreveram 30 deputados. A reunião termina depois de o Chefe do Executivo ter respondido às questões colocadas pelos 30 deputados, havendo um intervalo de 30 minutos.

Dou então a palavra ao primeiro deputado que se inscreveu.

Sr. Deputado Ip Sio Kai.

**Ip Sio Kai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Quanto ao aperfeiçoamento da gestão da reserva financeira, nas Linhas de Acção Governativa para 2019 propõe-se o acompanhamento da criação do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da RAEM, gerido por uma entidade pública empresarial independente fora da estrutura da Administração Pública. Até ao final do ano passado, o valor do capital da reserva financeira do Governo da RAEM ultrapassou os 500 mil milhões de patacas. Desde a criação da reserva financeira da RAEM em 2012, os investimentos efectuados concentram-se essencialmente no mercado de capitais e no mercado monetário, o que tem efeitos na manutenção e valorização da reserva financeira e corresponde à situação do mercado, apesar de a taxa de retorno não ser elevada. Porém, não produz efeitos directos para a reconversão, o desenvolvimento e o impulsionamento da economia de Macau. Neste momento de abundância da reserva financeira, a criação do referido Fundo não tem como objectivo investir no mercado de capitais ou no mercado monetário, mas sim no futuro desenvolvimento de Macau, produzindo assim efeitos para promover o seu desenvolvimento sustentável. A meu ver, tal corresponde às necessidades do desenvolvimento de Macau, especialmente tendo em conta que são amplas as perspectivas de desenvolvimento para a integração de Macau na Grande Baía. Já no ano passado, o Governo da RAEM aproveitou a reserva financeira para realizar investimentos sobretudo nos projectos de infra-estruturas da Grande Baía. Tudo isto contribui para encontrar melhores meios de investimento e soluções para a valorização estável e permanente da reserva financeira de Macau, e também para abrir novos caminhos para o desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

Sr. Chefe do Executivo, qual é o ponto de situação da criação do referido Fundo? Como é que o seu modelo de investimento se articula com a integração de Macau na Grande Baía e com a diversificação adequada da economia de Macau?

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Ip Sio Kai.

A Região Administrativa Especial de Macau foi estabelecida há cerca de 20 anos, tendo sido aprovada na fase inicial a criação do regime da reserva financeira. Com este regime temos uma reserva básica e extraordinária e depois de tantos anos de esforço, conseguimos ter uma certa reserva. Foi também mencionado claramente no plano quinquenal e no meu programa político de candidatura, que iria, por intermédio do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da RAEM, aumentar os lucros da reserva financeira e permitir a reserva possuir mais um meio de desenvolvimento. Relativamente à nossa reserva financeira, temos os seguintes objectivos. O primeiro objectivo é, na eventualidade de ocorrer situações de emergência em Macau, podemos ter valor superior a 1,5 vezes o capital necessário para enfrentar as situações e manter o funcionamento e, por outro lado, servir para impulsionar o desenvolvimento de Macau. Ao mesmo tempo, todos nós estamos atentos sobre os retornos da nossa reserva, porém, francamente, e como o Sr. Deputado Ip Sio Kai referiu há pouco, tem sido adoptada uma atitude de baixo risco e de estabilidade no investimento das nossas verbas no mercado de capitais. Agora, estamos num momento com oportunidades para o desenvolvimento de Macau, temos o apoio integral do Estado, pois recentemente sabemos que, na iniciativa de “Uma Faixa, Uma Rota”, o Estado autorizou a participação de Macau; por outro lado, no planeamento geral da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau recentemente lançado, verificámos, após uma análise pormenorizada sobre as políticas, que 49 projectos aí previstos estão relacionados com Macau e, se o Presidente nos permite, iremos apresentar um relatório que comprova a necessidade de participação efectiva de Macau nesses 49 projectos.

Isto inclui certamente o investimento de Macau e, naturalmente, inclui também o investimento de capital. O Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da RAEM constitui uma entidade pública empresarial independente fora da estrutura da Administração Pública, funciona com base num modelo de investimento orientado pelo mercado e interesse comercial. Aqui, permitam-me esclarecer, este Fundo, eventualmente, é diferente em relação ao Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau que todos nós conhecemos, pois o Fundo criado em colaboração com a Província de Guangdong dispõe de boas condições, disponibiliza a garantia de capital e de juros, com mecanismo de saída, é extremamente estável e é muito diferente do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da RAEM. Teremos de ter em consideração o risco do mercado, tanto na constituição de sociedades como no trabalho da Grande Baía e as propostas do Sr. Deputado Ip Sio Kai são muito benéficas para a diversificação da nossa economia. Aqui gostaria também de referir que, no futuro, especialmente após 20 anos de desenvolvimento, necessitamos muito de promover uma economia diversificada. Podemos observar que após os últimos 20 anos de desenvolvimento da economia de Macau, particularmente após a liberalização da indústria de jogo, desenvolvemos um regime razoável de reserva financeira e alcançámos uma situação

favorável no mercado de trabalho. Contudo, procuramos sempre diversificar a economia e promover o emprego diversificado para os residentes, contribuindo para um desenvolvimento saudável de toda a RAEM. Gostaria de informar que, segundo os dados estatísticos recebidos, até Janeiro de 2019, a soma da reserva básica e da reserva extraordinária atingiu 569,54 mil milhões de patacas; quanto à reserva cambial, no início de 2019, ascendeu a 163,25 mil milhões de patacas. Pode-se, portanto, considerar que já dispomos da capacidade financeira necessária para constituir sociedades para avançar com investimentos.

Quanto ao investimento na Grande Baía, por que razão trazemos aqui para vos apresentar? Analisados os conteúdos, 49 projectos implicarão a participação de Macau, em diferentes níveis de envolvimento e sob diferentes formas de cooperação. No entanto, num futuro próximo, acredito que devemos participar proactivamente, de modo a alcançar os objectivos previstos. Uma vez que, nos próprios objectivos, estão definidos prazos específicos, assim, teremos de desenvolver um plano de trabalho num determinado período de tempo para consolidar a base.

No que diz respeito à diversificação da economia, sabemos que, actualmente, estamos a desenvolver diversas áreas e esperamos que, através da economia da Grande Baía e da cooperação regional, possamos desenvolver ainda melhor a nossa economia diversificada. Contudo, tanto na integração no planeamento geral de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau como no desenvolvimento da diversificação da economia, é necessário aumentar nossa própria competitividade. Para além do apoio financeiro, é particularmente necessário reforçar a nossa competitividade, especialmente dentro do Território.

Além disso, contamos também com o investimento regional para, no contexto de dinamização, promover o nosso próprio crescimento. Nestes termos, a nossa política assenta em duas vertentes, esperamos que, através do crescimento interno e do investimento na Grande Baía, possamos elevar a nossa competitividade por meio da cooperação. Assim sendo, a criação do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento está prevista para ser concluída ainda este ano. Em segundo lugar, o Fundo irá investir nas 49 iniciativas referentes ao desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e, depois de uma análise aprofundada, os pormenores serão divulgados de forma transparente. Este investimento destina-se igualmente a impulsionar a diversificação da economia, com a esperança de tornar a economia relativamente monolítica de Macau numa economia diversificada. Consideramos firmemente que apenas uma economia diversificada poderá gerar emprego diversificado e alargar a cooperação. Este é uma breve apresentação sobre o Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da RAEM, que será formalmente constituído no segundo semestre, bem como sobre a sua forma de funcionamento, dando conhecimento de que após uma análise, Macau irá participar nos 49 projectos do planeamento geral de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Kou Hoi In.

**Kou Hoi In:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

A Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau tornou-se, recentemente, num tema quente na sociedade. Na sequência do lançamento das Linhas Gerais em finais do mês, foram publicadas as políticas complementares referentes aos quadros qualificados. Os quadros qualificados desempenham um papel extremamente relevante no desenvolvimento e na construção da sociedade, porém, ao longo destes anos, Macau tem sido muito conservadora no desenvolvimento de quadros qualificados. Embora este aspecto tenha sido referido todos os anos nas LAG, o Governo da RAEM ainda não lançou quaisquer políticas ou medidas concretas. Assim, gostaria de questionar o Sr. Chefe do Executivo que políticas mais activas, abertas e eficazes dispõe o Governo da RAEM para atrair, de forma acentuada, quadros qualificados de alto nível e internacionais, capazes de apoiar o desenvolvimento de Macau e reforçar a sua capacidade, nomeadamente para aumentar a sua competitividade na participação no desenvolvimento da Grande Baía?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Sr. Deputado Kou Hoi In.

Quanto ao regime e às medidas para atrair quadros qualificados, a RAEM tem desenvolvido os seguintes trabalhos, que vou agora apresentar: Foi divulgada a lista dos sectores industriais para a introdução prioritária de quadros qualificados por ano, que abrange cinco sectores industriais, que são sectores financeiros, de tecnologia de informação, de medicina tradicional chinesa, de mercados lusófonos e tradução chinês-português, e de convenções e exposições, envolvendo dez categorias profissionais. Tem sido reforçada a celeridade no tratamento dos pedidos de contratação de trabalhadores não-residentes especializados em áreas com escassez de profissionais em Macau, nomeadamente na área das tecnologias inovadoras, dos serviços financeiros com as características próprias, bilingues em chinês e português e da medicina tradicional chinesa. Foram ainda simplificadas as formalidades para a autorização de residência dos quadros qualificados, acelerados os

procedimentos de tratamento, por exemplo a criação de um canal rápido e o aumento da utilização de meios electrónicos.

Aproveitando esta oportunidade, gostaria também de abordar que referimos a questão de fundos na resposta ao Sr. Deputado Ip Sio Kai, mas a questão sobre os quadros qualificados merece igualmente ser discutida. Nos últimos vinte anos, especialmente desde o estabelecimento do Governo da RAEM, têm sido desenvolvidos trabalhos na formação de quadros qualificados, tanto no ensino não superior como no ensino superior, disponibilizando oportunidades de igualdade no ensino aos residentes de Macau. Presentemente, segundo as nossas estatísticas, mais de 90% dos nossos estudantes do ensino secundário conseguem ingressar no ensino superior após a conclusão dos seus estudos, o que demonstra que está garantida a oportunidade de completar o ensino superior. Podemos verificar uma taxa de empregabilidade bastante elevada dos nossos recém-licenciados no mercado de trabalho. Assim sendo, no contexto actual, Macau adopta um percurso de educação bem estruturado, no qual inclui o chamado, no Interior da China, três anos de pré-escolar, seis anos de ensino primário, seis anos de ensino secundário e, normalmente, quatro anos no ensino superior, que, de forma geral, satisfaz as necessidades da população. No que respeita ao emprego, a situação é relativamente favorável, quer pela análise do índice de desemprego, quer pelo estudo sobre o emprego dos recém-graduados do ensino superior. Contudo, reconhecemos que existe uma lacuna na formação de quadros qualificados na área técnico-profissional. Sabemos que, como proporcionamos oportunidades tão favoráveis aos nossos jovens, na educação técnica e profissional tem enfrentado dificuldades, pois o número de estudantes é relativamente reduzido.

Aproveitamos esta oportunidade de cooperação na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, considerando que a Província de Guangdong é uma grande província e neste contexto, pretendemos analisar a possibilidade de estabelecer parcerias de cooperação, especialmente no domínio da formação de quadros qualificados na área técnico-profissional, para promover actividades referentes ao ensino, estágio, emprego, aplicação prática, entre outros aspectos.

Quanto aos quadros qualificados que urgentemente necessitamos, para coordenar com a transformação de uma economia relativamente monolítica de Macau numa economia diversificada, necessitamos de quadros qualificados em várias áreas, especialmente nos sectores financeiros, de tecnologia de informação, de medicina tradicional chinesa, de mercados lusófonos, de tradução chinês-português e de convenções e exposições. Estes sectores foram definidos após um estudo aprofundado da Comissão de Desenvolvimento de Talentos e com base na recolha de opiniões da sociedade, sendo considerados como áreas com necessidade imediata. Neste contexto, é necessário reconhecermos dois pontos importantes. Recentemente, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos realizou um estudo e apresentou um relatório ao Secretário Tam e a mim próprio, que analisámos de forma

pormenorizada, concluímos que a nossa política de formação de quadros qualificados se encontra numa fase atrasada. Esse atraso manifesta-se em dois aspectos, em primeiro lugar, uma posição de desvantagem face à competitividade exigida numa sociedade em constante concorrência e, comparando com outras cidades da Grande Baía, os métodos para atrair quadros qualificados e as condições que lhes são oferecidas são insatisfatórios.

Em segundo lugar, a saída dos nossos quadros qualificados é mais rápida do que a entrada, situação essa verificada nos sectores com necessidade. Perante estas duas situações, é urgentemente necessário resolver este problema, nestes termos, concordo plenamente com a questão levantada pelo Sr. Deputado Kou Hoi In.

Em conformidade com esses dados iremos definir um método de resolução das questões e, em Maio, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos irá realizar uma série de trabalhos com vista a formular recomendações de políticas. Certamente, iremos realizar consultas sobre o modo de atrair talentos, especialmente aqueles que possam contribuir para o desenvolvimento de Macau e para a integração na Grande Baía. Podemos trocar as impressões com toda a franqueza, podemos observar os casos das nove cidades e das duas regiões da Grande Baía, verificamos que as condições, métodos e incentivos oferecidos por outros locais para atrair quadros qualificados são muito melhores que os oferecidos em Macau. Tive oportunidade de trocar impressões com profissionais de áreas especializadas, responsáveis de instituições de ensino superior e representantes de grandes empresas, verificamos que é necessário definir um novo método, que permite oferecer não apenas boas condições, mas também com uma previsibilidade, garantindo que os profissionais sejam devidamente respeitados nas suas áreas de especialização e se sintam com vontade a vir para Macau prestar o serviço. Por isso, estamos firmes neste sentido e esperamos que, em Maio, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos possa definir uma série de medidas concretas e eficazes. Como já foram realizados muitos estudos e, foram identificadas lacunas em diversas áreas, se pretendemos impulsionar a nossa economia diversificada, é necessário redefinir a forma de introdução de quadros qualificados de excelência. É necessário oferecer condições vantajosas para garantir que os quadros qualificados que necessitamos possam vir para Macau e aqui prestar os seus serviços. Por um lado, esperamos que estes prestem os seus serviços profissionais e, por outro, desempenhem um papel formativo, transmitindo conhecimentos e, assim, beneficiando os residentes de Macau. Acredito que, neste sentido, devemos preparar-nos em dois aspectos, primeiro, é necessário adoptar uma mentalidade mais aberta e, segundo, proceder à revisão da nossa legislação para torná-la mais adequada a esta nova realidade. Tudo isto requer o apoio de todos aqui presentes, bem como a auscultação das opiniões de diferentes sectores da sociedade de Macau.

Contudo, o Governo considera que o momento actual é decisivo, dado que observamos que as condições oferecidas por outras cidades são realmente muito vantajosas do que as nossas. Em comparação, o processo de apreciação e aprovação, em Macau, é, por vezes, mais

flexível e, por outras vezes, mais rigoroso, o que torna difícil de avaliar caso a caso. Já no que respeita aos procedimentos, creio que existe uma diferença em relação aos benefícios que outras regiões oferecem, que são baseados no lema “Convidamos que entrem”. E é essa diferença que precisamos de enfrentar agora, espero sinceramente que, a partir de Maio e no decorrer do segundo semestre, consigamos propor soluções concretas e viáveis, que contribuam efectivamente para a promoção da diversificação da nossa economia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose.

**Chui Sai Peng Jose:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Em Agosto do ano passado, o Vice-Primeiro-Ministro, Han Zheng, manifestou, na primeira reunião plenária do Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o seu apoio à construção de Macau como plataforma para o desenvolvimento da indústria da ciência e tecnologia da medicina tradicional chinesa. Este novo posicionamento de desenvolvimento foi oficialmente inscrito no Plano de Acção para 2019 da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma durante a reunião da Assembleia Popular Nacional deste ano. Fazendo uma retrospectiva do processo de desenvolvimento da indústria da ciência e tecnologia da medicina tradicional chinesa em Macau, em 2006, foi criada a revista académica periódica “*Chinese Medicine*”, da iniciativa da Associação Internacional de Medicina Chinesa e editada e lançada pela Universidade de Macau. Trata-se da primeira publicação periódica de interesse geral em inglês sobre a medicina tradicional chinesa, contendo avaliações de especialistas e académicos de classe mundial, e está disponível gratuitamente na Internet. Posteriormente, no início de 2011, foi aprovada a criação conjunta, pela Universidade de Macau e pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, do primeiro laboratório de referência do Estado da área da medicina tradicional chinesa — Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, isto demonstra claramente que Macau já deu um passo significativo nesta área.

De facto, no mesmo ano, foi criado, em Hengqin, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, desenvolvido conjuntamente pelo Governo da RAEM e pelo Governo da Província de Guangdong, sendo este o primeiro projecto concretizado sob o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Ao longo dos anos do desenvolvimento, Macau tem adquirido uma certa experiência e base. Agora, o País atribuiu, oficialmente, mais uma oportunidade de desenvolvimento a Macau, Sr. Chefe do Executivo, de que ideias

preliminares dispõe o Governo para a construção de uma nova plataforma para o desenvolvimento da indústria da ciência e tecnologia da medicina tradicional chinesa, que dá um novo rumo de desenvolvimento industrial? Existe algum plano em concreto? Especialmente, na sequência da criação do nosso Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, há que promover a transformação dos resultados científicos obtidos pelo Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa e atrair mais indústrias avançadas para Macau, para que Macau possa melhor cumprir os seus objectivos no desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa. Como é que vai fazê-lo?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Sr. Deputado Chui Sai Peng Jose.

O Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau, após vários anos de desenvolvimento, alcançou já uma dimensão considerável. A construção das plataformas de serviços públicos centradas na tecnologia foi concluída, o Edifício-sede de Investigação Científica e o Edifício de Investigação e Desenvolvimento e Testes entraram já em funcionamento e a zona de incubação está basicamente construída, tendo, neste momento, uma capacidade para acolher cerca de 300 a 400 empresas de tipos diferentes. No que respeita à promoção da indústria da medicina tradicional chinesa, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau está a avançar para os dois objectivos pré-definidos: a construção de uma base internacional de controlo de qualidade da medicina tradicional chinesa e de uma plataforma internacional de intercâmbio para a indústria de saúde.

Envidaremos esforços em três aspectos: o estabelecimento do regime, a formação de quadros qualificados e a transformação de resultados científicos obtidos na área da indústria-universidade-investigação. No que diz respeito ao aperfeiçoamento do regime, o novo Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde estabelece normas relativamente à acreditação e ao registo profissional, à inscrição e ao licenciamento para o exercício da profissão para médicos e mestres de medicina tradicional chinesa. De acordo com os dados de registo de médicos privados de 2018, Macau conta actualmente com 525 médicos de medicina tradicional chinesa e 161 mestres de medicina tradicional chinesa.

Quanto ao reforço da formação de quadros qualificados, são realizadas formações em medicina tradicional chinesa por intermédio do Centro de Cooperação de Medicina

Tradicional da Organização Mundial de Saúde (Macau), e estão a ser desenvolvidos trabalhos de investigação e educação.

As instituições de ensino superior locais têm vindo, nos últimos anos, a organizar diversos cursos superiores nas áreas de Medicina e de Ciências da Saúde. Com o forte apoio da Administração Estatal de Medicina Tradicional Chinesa, o intercâmbio e a cooperação com Macau no domínio da medicina tradicional chinesa estão cada vez mais aprofundados.

Em terceiro lugar, no Parque Industrial foi criada a Base de Intercâmbio Internacional para Jovens Médicos de Medicina Tradicional Chinesa, através da qual já vários jovens médicos de medicina tradicional chinesa de Macau participaram nas actividades de promoção internacional para elevar o seu nível profissional.

Relativamente ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, aproveitamos plenamente as forças provenientes da articulação entre o Laboratório de Referência do Estado e o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau para promover a cooperação no âmbito da indústria-universidade-investigação e a transformação de resultados científicos. De seguida, estamos a integrar a indústria da medicina tradicional chinesa com as indústrias locais como as de manutenção da saúde e de serviços médicos de alta qualidade. E por fim, através do Centro de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Parque Industrial, pretendemos posicionar Macau como uma plataforma internacional de exibição de resultados científicos e tecnológicos da medicina tradicional chinesa. Ao mesmo tempo, apoiamos no registo das empresas de Macau nos países de língua portuguesa, criando uma rede de cooperação que liga a ASEAN, África e União Europeia. É com grande satisfação que informo aqui aos presentes que, no que respeita aos países de língua portuguesa, já foram alcançados resultados preliminares.

Contudo, gostaria de levantar uma questão. Como referi que temos 525 médicos e 161 mestres de medicina tradicional chinesa registados em Macau. No entanto, com base na nossa compreensão e nos estudos realizados, consideramos necessário estudar o modo para aproveitar melhor estes profissionais. Creio que todos nós que vivemos em Macau sabemos que, presentemente, a maioria destes médicos e mestres enfrentam dificuldades para sobreviver, alguns trabalham nas lojas de produtos medicinais chineses, outros nas policlínicas, havendo alguns que não recebem o apoio necessário. Apesar disso, dispomos de uma grande reserva de recursos humanos, será que devemos pensar sobre o modo de melhor utilizar este grupo de profissionais? Segundo os nossos estudos e as observações durante um período de tempo, verificámos que muitos destes médicos e mestres possuem ricas experiências e estão devidamente registados junto do Governo da RAEM. Por isso, considero que, na próxima etapa, devemos prestar mais atenção a esta situação e procurar criar oportunidades para eles. De que modo podemos melhor aproveitar estes recursos humanos existentes em Macau, tanto no âmbito do Centro de Intercâmbio e Cooperação Internacional,

como no âmbito do desenvolvimento de bases e plataformas?

No passado, raramente se falava sobre este aspecto. Falávamos apenas sobre como promover a padronização e a internacionalização do desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, e como obter o respectivo reconhecimento. No entanto, com base nos nossos estudos, verificamos que existe, de facto, um grande volume de recursos humanos, e devemos procurar apoiá-los para que tenham um bom desenvolvimento. Isto contribui certamente, por um lado, para garantir a prestação de serviços médicos à população de Macau e, por outro, para a coordenação com o desenvolvimento geral da medicina tradicional chinesa. Recentemente, tanto a nível nacional, como na Província de Guangdong e no território de Macau, tem sido reconhecido o potencial da medicina tradicional chinesa, especialmente no palco internacional. Neste contexto, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa de Guangdong-Macau desempenhará um papel relevante, e, como sabemos, Macau tem uma posição preponderante nele. Nestes termos, considero importante partilhar com os presentes que, para além de nos empenharmos integralmente na realização deste trabalho, devemos, ainda, estudar o modo de melhor aproveitar os recursos humanos que já temos em Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Ma Chi Seng.

**Ma Chi Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

Num momento da promoção, pelo Estado, da grande revitalização da nação chinesa e da aceleração da integração de Macau no desenvolvimento nacional, estamos prestes a celebrar um “duplo aniversário”, o 70.º aniversário da implantação da República Popular da China e o 20.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. Nesta era cheia de oportunidades, os jovens perseguem o sonho, mas são também participantes e lutadores, sendo uma força importante para promover o progresso da sociedade. A nova geração de jovens representa a esperança do futuro de Macau. O Governo da RAEM tem vindo a abraçar o seu crescimento, promovendo desde a juventude o sentido de pertença ao país e o espírito patriótico.

Nos últimos anos, no contexto da realização planeada do “Programa Mil Talentos” e da plataforma “União Mil Talentos”, verifica-se que o patriotismo está a ser criado e que os jovens da nova geração, dispostos a lutar pelo país e por Macau, estão a crescer. O Governo

tem dado alguns contributos nesta matéria e os resultados são notórios, portanto, as referidas actividades devem continuar a realizar-se. Sr. Chefe do Executivo, que plano geral de trabalho tem o Governo da RAEM destinado aos jovens? Quais são as novas ideias quanto ao “Programa Mil Talentos” e à “União Mil Talentos”?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Ma Chi Seng.

Na consolidação de projectos prioritários, particularmente no que diz respeito ao “Programa Mil Talentos” e à “União Mil Talentos”, o Governo da Região Administrativa Especial tem atribuído grande importância na promoção desses projectos direccionados para jovens. Desde a sua criação em 2016, foram organizadas 112 delegações de intercâmbio, que atraíram um total de 3.317 jovens, os quais deslocaram-se a 16 províncias e cidades do Interior da China. Este ano, será lançada a segunda fase do “Programa Mil Talentos” destinado aos jovens de Macau, que consiste em organizar os estudantes do ensino secundário para visitarem as instituições de ensino superior do Interior da China.

Atribuímos também grande importância ao trabalho dedicado à juventude. Juntos com os cinco Secretários, participamos frequentemente nos trabalhos com os jovens, tendo realizado mais de 60 sessões de diálogo. No ano passado, esperávamos estabelecer, através dos esforços do Chefe do Executivo e dos cinco Secretários, uma comunicação bidireccional com os jovens de Macau, de modo a compreendê-los de forma mais profunda.

Relativamente aos trabalhos de juventude, gostaria de partilhar três aspectos com todos os presentes. O primeiro aspecto diz respeito à nossa história. Desde a implantação da República Popular da China até aos dias de hoje, todos nós sabemos que Macau tem sido sempre uma sociedade baseada em associações, como espírito de amor pela Pátria e por Macau. Ao longo destes 70 anos, graças ao esforço de várias gerações, os valores fundamentais, de amor pela Pátria e por Macau, têm sido transmitidos de geração para geração. O segundo aspecto reside no nosso sistema educativo, após 20 anos do retorno à Pátria, dispomos actualmente um sistema educativo relativamente funcional. Tal como referi há pouco, este sistema abrange a educação pré-escolar, o ensino primário, o ensino secundário e o ensino superior, permitindo que a grande maioria dos nossos jovens em Macau conclua o ensino superior, e isto considero extremamente importante. O terceiro aspecto é que, ao longo do tempo, os residentes de Macau têm demonstrado um profundo sentimento de patriotismo e uma forte disposição para participar e conhecer melhor a situação do país. É precisamente a conjugação destes três aspectos que permite que o nosso trabalho, depois

de retorno à Pátria, continue a avançar, e temos vindo a acrescentar novos elementos. Como podemos observar, temos promovido activamente a aprendizagem da Constituição e da Lei Básica, bem como temos dinamizado significativamente as actividades destinadas aos jovens.

Actualmente, os jovens têm boas oportunidades, para além de aprender na escola, podem participar em actividades organizadas por associações sociais de diversas áreas, o que lhes permitem conhecer realidades fora da escola, por isso considero que é muito benéfico para o seu crescimento. Contudo, sabemos que os jovens de hoje são diferentes dos jovens do passado, assim, temos de acompanhar a evolução dos tempos e aprender continuamente, porque o processo de crescimento está sempre em mudança. Nestes termos, aceitamos as opiniões e as críticas apresentadas pelos jovens e esperamos que, através de uma comunicação construtiva, os valores fundamentais sejam transmitidos de geração para geração e que todos que vivem em Macau amem a Pátria e Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Leong Sun Iok.

**Leong Sun Iok:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Anteriormente, o Governo autorizou a prorrogação para 2022 da concessão da exploração de jogo da SJM e da MGM, sob condições de pagamento de 200 milhões de patacas, da constituição de garantia de créditos laborais e da adesão ao regime de previdência central não obrigatório. A sociedade questiona esta prorrogação em silêncio e receia que, em 2022, o Governo continue, da mesma maneira, na renovação dos contratos das seis concessionárias. Restando só dois anos para as licenças expirarem, o Governo, está, ou não, confiante em concluir o novo concurso público para as licenças para a exploração de jogos antes do termo dos contratos, de modo a evitar novas prorrogações que originem dúvidas junto da sociedade e afectem os interesses do público?

Além disso, os lucros provenientes do jogo são muito elevados, o que tem levado a sociedade a questionar se a taxa de renovação de 200 milhões de patacas é demasiado baixa? Proponho que, durante o prazo renovado de dois anos, o Governo não proceda à isenção do pagamento do imposto complementar de rendimentos dessas duas concessionárias de jogo, a fim de proteger de melhor forma o interesse público. O Governo concorda com esta proposta? Até neste momento, o Governo ainda não divulgou o plano específico para o concurso de

novas licenças de jogo. Assim, proponho que, além de elementos não jogo, formação de quadros qualificados, planos de investimento no futuro e protecção ambiental, sejam também incorporados no processo de concurso outros factores como a promoção do jogo responsável, as políticas que favoreçam o desenvolvimento local e a responsabilidade social, devendo ser elaborado um plano mais detalhado e concreto. Adicionalmente, considero que deverão ser incluídas nas cláusulas do concurso da concessão de licenças de jogos as questões relativas aos direitos laborais e de emprego dos trabalhadores, bem como as suas condições de bem-estar e políticas favoráveis à conciliação da vida familiar.

Por isso, gostaria de perguntar, como vai ser promovida a adesão ao regime de previdência central não obrigatório e a constituição da garantia de créditos laborais por parte das restantes quatro concessionárias? Que plano em concreto tem o Governo quanto ao novo concurso para as licenças do jogo? Vai ouvir as opiniões da sociedade?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Deputado Leong Sun Iok.

O Governo da RAEM aprovou, em Março deste ano, os pedidos da SJM e da MGM para a prorrogação dos contratos de concessão do jogo até 26 de Junho de 2022, e esta decisão foi tomada após uma análise e ponderação em geral, com base em fundamentos jurídicos e práticos. Do ponto de vista jurídico, a decisão foi tomada de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 13.º da Lei n.º 16/2001, Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, isto é, uma vez atingido o prazo máximo de 20 anos, o Governo pode prorrogar a duração da concessão, a título excepcional, mediante despacho fundamentado do Chefe do Executivo, por uma ou mais vezes, não podendo exceder, no total, o período de cinco anos. Do ponto de vista prático, a uniformização das datas do termo das concessões de exploração de jogos de fortuna ou azar das concessionárias é benéfica para permitir uma preparação coordenada do futuro concurso público para a nova concessão das licenças de jogo, contribuindo assim para a manutenção da estabilidade da sociedade e do mercado de emprego.

No que respeita à promoção da participação das concessionárias de jogo no regime de previdência central, o Governo tem dado grande importância aos direitos laborais e à garantia para aposentação dos trabalhadores do sector do jogo. Após discussões e negociações com as concessionárias, estas manifestaram a sua disponibilidade para participar no regime de previdência central não obrigatório, pelo que iremos avançar com a sua concretização. Presentemente, duas concessionárias de jogo já constituíram as garantias para o cumprimento de dívidas laborais, e as restantes concessionárias demonstraram uma atitude geralmente

positiva e proactiva relativamente a esta matéria. Somos bastante optimistas e iremos incentivá-las para constituírem tais garantias. Assim, após as consultas realizadas pela nossa equipa com as concessionárias, temos uma forte confiança em alcançar resultados positivos.

Quanto à isenção do imposto complementar de rendimentos das concessionárias de jogo, a taxa do imposto especial sobre o jogo corresponde a 35% da receita bruta gerada pela exploração das actividades de jogo, sendo esta taxa relativamente superior à prática noutros países ou regiões, e esta conclusão é obtida após uma análise detalhada. Tendo em conta o princípio de não tributação dupla sobre a mesma fonte de rendimento, e nos termos do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 16/2001, autorizo, por despacho, a isenção do imposto complementar de rendimentos, por parte das concessionárias, relativamente aos lucros obtidos das suas actividades de jogo. Contudo, os rendimentos provenientes das actividades não ligadas ao jogo não gozam de qualquer benefício fiscal. É claro que o Sr. Deputado Leong levantou diversas questões relacionadas com o próximo concurso para as licenças de jogo, tendo colocado também algumas perguntas específicas, e hoje vou tentar responder.

Presentemente, para estarmos em condições de realizar o concurso público, temos um trabalho interno a desenvolver, que diz respeito à revisão de diplomas legais, nomeadamente a Lei n.º 16/2001, Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, e o Regulamento Administrativo n.º 26/2001, que regulamenta o concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, o contrato de concessão e os requisitos de idoneidade e capacidade financeira das concorrentes e das concessionárias. Neste momento, estamos a realizar trabalhos internos e estamos dispostos a ouvir, em tempo oportuno, as opiniões de todos os sectores da sociedade.

Quanto à aplicação, ou não, do disposto no n.º 3 do artigo 13.º da Lei n.º 16/2001 para prorrogar os contratos, na minha opinião, creio que já dispomos das condições necessárias em três aspectos seguintes. Em primeiro lugar, temos tempo suficiente para rever e alterar esses diplomas legais. Em segundo lugar, considero que estamos em condições de realizar um novo concurso público, integrando os vários elementos que o Sr. Deputado mencionou há pouco, nomeadamente no que dizem respeito aos elementos jogo e não jogo e ao modo de proteger os trabalhadores locais. O mais importante é a coordenação com o nosso posicionamento, como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Em terceiro lugar, relativamente ao novo concurso público, já manifestámos várias vezes a nossa posição e creio que todos já leram a nossa avaliação intercalar. Nestes termos, iremos primeiro rever os diplomas legais e, de seguida, realizar um novo concurso público. E, até neste momento, não vejo a necessidade de prorrogar novamente os contratos, temos confiança de que o concurso público poderá ser realizado em tempo oportuno, antes do termo dos contratos actuais. Contudo, por que razão não podemos indicar uma data concreta neste momento? Porque primeiro temos de concluir a revisão desses diplomas legais, e após da revisão, daremos início aos trabalhos posteriores.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Wu Chou Kit.

**Wu Chou Kit:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo:

No ano passado, apresentei a proposta de o Governo tomar a iniciativa de apoiar o sector da construção na participação em projectos de cooperação regional na área das infra-estruturas, aproveitando a oportunidade da construção da Grande Baía e as vantagens e particularidades de Macau, com vista ao desenvolvimento conjunto e coordenado com outras cidades da Grande Baía e à criação duma baía com relevância mundial e competitividade internacional. A proposta teve o reconhecimento e apoio do Sr. Chefe do Executivo. Passado um ano, as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau foram divulgadas, assinalando a chegada da nova era da construção da Grande Baía, para a qual foram definidas, para todas as cidades e regiões envolvidas, as exigências e o posicionamento na cooperação regional. Nesta fase, Macau tem de estreitar a cooperação com Guangdong e Hong Kong, nomeadamente criar uma zona piloto de cooperação aprofundada entre Guangdong, Hong Kong e Macau na Ilha de Hengqin de Zhuhai, procurando mais formas inovadoras e apropriadas para aumentar quer os terrenos destinados às indústrias diversificadas quer o espaço de acolhimento.

Nos próximos cinco a dez anos, o sector da construção de Macau deve participar activamente no planeamento e na execução de diversos projectos de infra-estruturas de grande escala, locais e transfronteiriços, incluindo as cinco zonas de novos aterros urbanos, a quarta e a quinta ligação entre Macau e Taipa, as infra-estruturas complementares e as vias circundantes da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o transporte regional, a comunicação sem fios e outros projectos transfronteiriços de grande escala. No futuro, os projectos de infra-estruturas de Macau não só devem melhorar o ambiente de Macau e elevar a sua competitividade, como devem ainda criar oportunidades para formar mais profissionais e equipas deste sector.

Neste sentido, gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo: a construção, nos próximos cinco a dez anos, de uma série de infra-estruturas locais e transfronteiriças de grande envergadura constitui uma boa oportunidade para a formação de profissionais do sector da construção e para a criação de equipas de consultoria especializadas de Macau. Que políticas de longo prazo dispõe o Governo para apoiar quer a participação dos profissionais locais da área da construção neste processo quer a sua internacionalização? Desta forma, será

possível criar mais oportunidades para a formação de arquitectos e engenheiros locais, e para a sua integração gradual na construção da Grande Baía, atraindo mais jovens para o sector.

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Wu Chou Kit.

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau propõem claramente incentivar a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, com vista à construção conjunta de instituições de serviços especializados e ao desenvolvimento de serviços especializados em diversas áreas incluindo área de construção civil e obras relacionadas. Prevêem ainda a implementação de projectos-piloto que permitam às empresas e profissionais de Hong Kong e de Macau qualificados na área da consultadoria sobre obras de construção civil e obras relacionadas proporcionarem directamente serviços ao mercado do Interior da China. Neste contexto, relativamente aos futuros projectos de investimento e cooperação do Governo no Interior da China, iremos estudar formas de permitir uma maior participação dos profissionais de Macau. Acredito que, após análise, para tornar isto viável, será efectivada através de futuros projectos que contem com a participação do Governo da RAEM, porque esta forma seria mais fácil para a inclusão dos nossos profissionais, assegurando-lhes oportunidades de participação.

Consultámos também alguns amigos do sector, analisámos diversos casos práticos e levantámos uma questão: se a participação deveria ser unidireccional ou bidireccional? É uma dúvida que surgiu em muitos dos meus diálogos com os profissionais do sector. Claro que o Sr. Deputado Wu Chou Kit, sendo um profissional qualificado e uma figura de destaque nesta área, provavelmente possui um conhecimento mais aprofundado do que o meu e esta é, de facto, uma das questões que merecem debate. Por exemplo, quanto ao acesso ao mercado do Interior da China, deverá ser adoptado um modelo unidireccional ou bidireccional? Inicialmente, eu próprio não compreendia muito bem esta questão, mas, depois de me informar um pouco mais, comecei a perceber. Se permitirmos que eles entrem, será que eles naturalmente irão permitir a nossa entrada? Creio que, sobre esta questão, é necessário chegar a um consenso junto do sector.

Por outro lado, depois de consultar os profissionais do sector, eles consideram que seria melhor começar pela fiscalização de obras, porque a realização de projectos de obras exige grandes responsabilidades profissionais. Considero que estes dois pontos devem ser bem estudados e, além disso, é importante reflectir sobre como o Governo pode ajudar os profissionais de Macau a entrarem no Interior da China, em projectos de investimento nos

quais o Governo participa. Devemos promover activamente uma maior participação dos profissionais locais, e estamos plenamente dispostos a avançar nesse sentido, disponibilizando um modelo de gestão com padrões internacionais e criando plataformas adequadas. Pretendemos promover um modelo integrado de formação profissional que inclui a formação, certificação e recrutamento, a fim de incentivar cada vez mais jovens a participarem e, nisso estamos verdadeiramente empenhados. Contudo, hoje ainda não tenho uma resposta aprofundada sobre as duas questões que mencionei há pouco. Depois de eu ter consultado muitos amigos do sector, eles me perguntaram se devemos avançar de forma unidireccional ou bidireccional. Eles consideram que esta é uma questão muito importante. Hoje não está o Engenheiro Raimundo, quando o Sr. Secretário voltar, vou colocar-lhe essas duas questões, uma sobre a direcção de como avançar e outra sobre as responsabilidades profissionais. Quando entrarmos no Interior da China, como temos diferentes sistemas jurídicos, que tipo de formação será necessária? Que responsabilidades teremos de assumir? Assim, acabei por receber uma proposta de que seria melhor começar pelos trabalhos de fiscalização e, sendo honesto, não sou especialista nesta área, mas acredito que o Deputado Wu Chou Kit pode nos dar algumas sugestões para que possamos dar seguimento adequado. Estamos verdadeiramente dispostos a avançar. Está previsto claramente nas Linhas Gerais o desenvolvimento dos serviços de construção civil e obras relacionadas, incentivando que seja promovido em conjunto por Guangdong, Hong Kong e Macau. Assim, como o Sr. Deputado referiu há pouco, devemos avançar, mas a questão é de que forma devemos avançar? Além disso, considero que o Governo necessita de cooperar com as associações profissionais, avançando passo a passo, porque na verdade, os 49 projectos relacionados com Macau que referi hoje, muitos implicam a construção conjunta. Por isso, considero que este tema merece ser estudado, e gostaria que o Sr. Deputado e a sua associação possam disponibilizar ao Governo mais sugestões e opiniões. Estas são as nossas observações tiradas em Macau e no Interior da China a partilhar com os presentes.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Lam Lon Wai

**Lam Lon Wai:** Obrigado, Sr. Presidente

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

As tecnologias de informação estão a desenvolver de forma célere, e em todo o mundo, especialmente no Interior da China, o desenvolvimento das cidades inteligentes é também muito rápido, mas o de Macau está relativamente atrasado, por isso necessita urgentemente de acelerar o passo. Nestes termos, em Agosto de 2017, o Governo celebrou com o Grupo

Alibaba o “Acordo-Quadro para a Cooperação Estratégica na área de Construção de Uma Cidade Inteligente”, para promover a construção da cidade inteligente de Macau recorrendo às técnicas de computação em nuvem e de aplicação de megadados da Alibaba, bem como às experiências e técnicas das cidades inteligentes do Interior da China. Passado mais de um ano, verifica-se que está a ser construído um banco de dados em nuvem de Macau e o Centro Piloto de Computação em Nuvem já está construído. Em 1 de Janeiro deste ano, o Governo lançou o “Acesso comum aos serviços públicos da RAEM”, o pessoal do Governo está a receber a correspondente formação técnica, e o turismo inteligente, o transporte inteligente e a saúde inteligente estão prestes a entrar em funcionamento, o que permite demonstrar os primeiros resultados da cidade inteligente. Contudo, o desenvolvimento de uma cidade inteligente não deve apenas permanecer na elevação do *hardware* e das técnicas, o mais importante é encontrar o modo de coordenar o progresso e o desenvolvimento de uma cidade e a cooperação entre os serviços públicos na área da governação electrónica, para que os cidadãos se apercebam do aumento da conveniência e da qualidade de vida.

Gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, está satisfeito com o andamento da construção da cidade inteligente de Macau? A cooperação com a Alibaba é ideal? Que diplomas legais devem ser rapidamente revistos e otimizados, de modo a evitar obstáculos para o desenvolvimento da cidade inteligente e permitir que os cidadãos sintam as vantagens de uma cidade inteligente?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Lam Lon Wai.

A Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau dispõe de um grupo especializado para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e da cidade inteligente, responsável pela coordenação do planeamento geral e da definição das prioridades para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e da cidade inteligente na RAEM. Em conformidade com o regulamento administrativo sobre os serviços electrónicos, foi lançado o “Acesso comum aos serviços públicos da RAEM”, que permite aos cidadãos acederem e utilizarem os serviços governamentais.

O Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações promoverá a convergência de telecomunicações, o desenvolvimento do 5G e a evolução da tecnologia de redes de próxima geração, por forma a aperfeiçoar o presente modo de regulação e do modo de operação do sector e promover a partilha das infra-estruturas de telecomunicações.

O desenvolvimento da cidade inteligente constitui, de facto, um objectivo de acção governativa para acelerar a concretização da melhoria do bem-estar da população, tendo já registado progressos evidentes. Acredito que os cidadãos já começam a sentir avanços em alguns domínios, principalmente devido ao reforço do *hardware* e das bases técnicas das tecnologias da informação. A aplicação de megadados manifesta-se em quatro áreas, designadamente nos assuntos governamentais, no transporte, no turismo e na saúde. Recentemente, os relatórios de trabalho sobre a área da saúde têm sido bastante satisfatórios, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento de registos clínicos e na utilização de serviços electrónicos, isto permite apoiar o desenvolvimento da indústria de grande saúde, em especial, na realização de estatísticas médicas e nos trabalhos de prevenção. Creio que os resultados em outras áreas, como no transporte e no turismo, são também visíveis. Neste momento, os diversos serviços públicos estão a introduzir constantemente novos conceitos e tecnologias relativos à cidade inteligente, procurando oferecer uma forte garantia legal. Naturalmente, continuaremos a analisar quais os diplomas legais que têm de ser actualizados para acompanhar a evolução tecnológica. Por isso, em resposta à sua pergunta, estamos satisfeitos com o andamento dos trabalhos. Contudo, não podemos negar que estamos atrasados nesta área, por isso, esperamos que possamos acelerar o processo. A cooperação com a referida empresa tem sido igualmente positiva, pelo que desejamos, especialmente neste e no próximo ano, alargar esta cooperação para com mais serviços públicos. Presentemente, já se verifica uma aplicação em vários serviços públicos, particularmente na utilização de megadados. Podemos verificar que os resultados alcançados nas áreas da administração pública, do transporte, do turismo e da saúde têm sido bastante satisfatórios.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Lei Cheng I.

**Lei Cheng I:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Em Agosto do ano passado, perguntei-lhe quanto às práticas de concessão ilegal, abuso do erário público e incumprimento da lei por parte dos governantes com poder de apreciação e autorização, como é que se efectivam responsabilidades? Lamentavelmente, já passou mais de meio ano, e apesar de se ouvir sempre o *slogan* de intolerância gritado pelo Governo, na realidade, os trabalhos de melhoria da regulamentação não avançaram nada, o que é equivalente a tolerância. Em simultâneo, o recente Relatório do CCAC voltou a revelar casos de abuso do poder em proveito próprio e o aumento de outros crimes envolvendo trabalhadores dos serviços públicos. Sr. Chefe do Executivo, acha que tem responsabilidades

em relação a tudo isto? Que trabalhos concretos serão efectuados durante o seu mandato para melhorar a situação? Segundo o CCAC, as investigações sobre o projecto de construção do Alto de Coloane e sobre a apreciação de pedidos de imigração pelo IPIM revelaram que os trabalhadores dos serviços públicos descuraram a existência de situações duvidosas, actuando apenas nos termos do estatuto e apreciando os pedidos nos termos da lei, isto só irá facilitar os infractores na prática de falsificação. Tal forma de trabalhar sem entusiasmo, acompanhada da negligência de lacunas regimentais, põe em causa o interesse do público, e Sr. Chefe do Executivo, qual é a responsabilidade que lhe cabe?

Depois da divulgação destes casos, a sociedade está, naturalmente, atenta ao acompanhamento e às sanções a aplicar. Mas o que os residentes mais desejam é a melhoria do regime jurídico da função pública e o reforço do regime disciplinar. Quanto aos governantes que trabalham sem entusiasmo, sem responsabilidade e praticando omissões, não se pode permitir que assumam cargos públicos. Sr. Chefe do Executivo, V. Exa. é o líder da RAEM e deve atribuir importância ao estabelecimento dos regimes. Para incentivar os governantes e trabalhadores dos serviços públicos de vários níveis a desempenhar fielmente as suas funções, reduzir as omissões e salvaguardar o interesse público da RAEM com uma atitude pragmática, há que melhorar o regime de responsabilização dos governantes e o regime disciplinar do pessoal. Como é que isto vai ser feito?

Por exemplo, em relação ao regime de apreciação e aprovação de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados, o Sr. Chefe do Executivo mencionou há pouco a necessidade de acelerar a importação de quadros qualificados. Na verdade, Macau já dispõe de mecanismos para isso, mas não só são rápidos, como também menos rigorosos e negligentes, o que explica a existência de tantos casos fraudulentos. Hoje em dia, o que Macau realmente necessita são verdadeiros quadros qualificados, e não abrir portas ilegais para fraudulentos. É necessário reformar e aperfeiçoar os sistemas de captação de quadros qualificados. Já chega de práticas enganosas e superficiais. Sr. Chefe do Executivo, o que é que pretende fazer a este respeito?

Obrigada.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada Lei Cheng I.

A governação de acordo com a lei é um princípio que tem defendido pela RAEM. A integridade e o cumprimento da lei são exigências dirigidas a todos os níveis de trabalhadores dos serviços públicos. O Governo da RAEM atribui grande importância à construção da integridade, tendo estabelecido um regime de responsabilização e publicado uma série de

diplomas legais que definem as funções, os deveres e as responsabilidades dos governantes de diversos níveis, tendo assim uma regulamentação clara a nível do regime. Perante os casos divulgados no relatório do CCAC, o Governo da RAEM certamente dará a máxima atenção, encarando-os com uma atitude positiva, séria e responsável, e procederá ao tratamento nos termos da lei.

Relativamente às recomendações apresentadas pelo CCAC, o Governo já solicitou aos serviços em causa que adoptem medidas de melhoramento. Por exemplo, quanto à questão de apreciação e aprovação de pedidos de imigração pelo IPIM que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu há pouco, o Governo já tomou uma série de medidas, incluindo a revisão do Estatuto Privativo do Pessoal do IPIM, o aperfeiçoamento do regime disciplinar interno e a conclusão do relatório para a optimização do trabalho, a curto, médio e longo prazo, de análise aos pedidos de imigração por investimentos relevantes e de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados. Neste momento, estão a ser promovidos os trabalhos para a definição de novos métodos de avaliação e de apreciação e aprovação, a revisão integral de todas as etapas de apreciação e aprovação e de monitorização, incluindo a revisão e verificação de casos de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados e por investimentos relevantes e introduzindo mais medidas de monitorização.

Na prática, o terceiro e o quarto Governo da RAEM realizaram certos trabalhos em prol da melhoria do regime de responsabilização dos governantes, incluindo a implementação do regime de publicitação de bens patrimoniais, o alargamento do âmbito de atribuições do CCAC e da cobertura de auditoria. No ano passado, foi criado um grupo de trabalho especializado com o objectivo de rever os deveres, as funções e o regime disciplinar do pessoal de direcção e chefia. Este ano, iremos realizar primeiro uma consulta pública sobre os procedimentos da revisão do regime disciplinar. A criação de um regime é um trabalho contínuo e de longo prazo, que requer aperfeiçoamento contínuo. Certamente que o Governo irá enfrentar novos desafios e situações concretas. Os casos publicados pelo CCAC, por um lado, revelam problemas existentes nos serviços públicos e, por outro, também demonstram que o Governo da RAEM encara directamente esses problemas, tratando-os com prudência e seriedade. Temos que manter uma atitude de governação baseada no princípio de servir o público, de integridade e de pragmatismo.

Gostaria de acrescentar que iremos tratar com seriedade o relatório do CCAC. No seio de todo o regime, sabemos que o regime da função pública dispõe de um conjunto de regras. Caso os trabalhadores dos serviços públicos pratiquem infracções de natureza penal, estes serão enviados ao Ministério Público. Assim sendo, dispomos tanto de procedimentos disciplinares (no âmbito administrativo), como de procedimentos judiciais, por isso, quanto aos casos revelados pelo CCAC, agimos em conformidade com estes dois procedimentos referidos. Mas, francamente, acredito que, seja num país ou numa região, é necessário contar com serviços de fiscalização no desempenho das suas funções. Durante o processo,

especialmente no exercício das funções públicas, no tratamento de assuntos públicos, sempre que ocorram actos irregulares ou ilegais, acredito que devem ser tratados com a máxima seriedade. Contudo, se alguém perguntar se é possível evitar completamente que tais situações ocorram, creio que também não é fácil. O mais importante é que respeitemos a lei, e, como podemos verificar que, estamos a trabalhar em conformidade com as recomendações apresentadas pelo CCAC, aplicando todos os procedimentos disciplinares de natureza administrativa ou judicial. Nos casos de natureza penal, os procedimentos judiciais são iniciados pelo Ministério Público. Por isso, considero que o actual regime continua a ser um tema que exige a nossa atenção, que deve ser revisto, e é o que estamos a fazer. Ao mesmo tempo, a aplicação deste regime permite garantir, de forma relativamente eficaz, o normal funcionamento da Administração Pública.

Gostaríamos de reduzir número de infracções, mas também temos de envidar grandes esforços, não só na rigorosidade no trabalho, mas também na educação e na revisão de regras.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Lei Chan U.

**Lei Chan U:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Enquanto deputado representante do sector laboral, estou muito atento a se os diversos trabalhos nesta área, incluindo a produção legislativa, alteração legislativa e outros trabalhos de revisão, vão ser concluídos ainda durante este mandato e não vão ficar embargados. Quanto à produção legislativa, o Governo prometeu que iria proceder à plena implementação do salário mínimo após três anos da entrada em vigor da lei do salário mínimo para dois tipos de trabalho num mesmo sector, porém, até ao momento, a proposta de lei para o efeito ainda não foi entregue à Assembleia Legislativa para apreciação. As “Regras de gestão do pessoal de estaleiros de construção civil em obras de empreitada ou de locais onde se realizam obras” também estão em discussão há muitos anos, mas não existe uma data para a respectiva legislação. Relativamente à alteração legislativa, em Maio de 2015, o Governo apresentou ao Conselho Permanente de Concertação Social o enquadramento da alteração à Lei das relações de trabalho, portanto, já se passaram 4 anos. A sociedade já chegou a consenso quanto à sobreposição dos dias de descanso semanal com os feriados obrigatórios, à compensação dos feriados obrigatórios, ao prolongamento da licença de maternidade e à licença de paternidade remunerada, mas os trabalhos de alteração legislativa passaram por vários problemas, e o processo legislativo ainda não começou.

Também não há data para a alteração do “Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil”, do “Quadro legal sancionatório das infracções aos preceitos regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho da construção civil” e do “Regulamento sobre a segurança e saúde ocupacional”. No que diz respeito aos trabalhos de revisão, o Governo afirmou em Outubro do ano passado que iria aumentar os montantes da indemnização em caso da morte ou da incapacidade permanente absoluta resultante dos acidentes de trabalho ou das doenças profissionais, respectivamente, para 1,5 milhões e 1,85 milhões de patacas, mas não indicou uma data concreta. A revisão do montante máximo da remuneração de base mensal, para o cálculo da indemnização da resolução do contrato sem justa causa, deveria ter sido concluída em Abril de 2017, mas ainda são muitas as discussões sobre o assunto. Todos estes assuntos laborais têm sido discutidos na sociedade há muito tempo, envolvendo elevados custos sociais e administrativos. Gostaria de questionar se o Sr. Chefe do Executivo está confiante que vai concluir todos estes assuntos durante o seu mandato, em vez de os passar para o novo Governo?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Lei Chan U.

O Governo da RAEM tem dado grande importância à promoção da construção de relações laborais harmoniosas, mantendo o espírito de negociação entre trabalhadores, empregadores e governo para aperfeiçoar o regime jurídico laboral. Tanto no plano quinquenal como no Relatório das Linhas de Acção Governativa, estão previstas diversas iniciativas de produção e alteração legislativa, incluindo a legislação do salário mínimo, a alteração da Lei das relações de trabalho e o ajustamento do limite máximo da remuneração de base mensal para efeitos de indemnização por despedimento. Os serviços competentes concluíram o documento da proposta de lei, que, após a discussão no Conselho Executivo, será submetido à Assembleia Legislativa para apreciação.

Quanto à promoção de outras produções e alterações legislativas por serviços competentes do Governo, estas serão progressivamente avançadas, não sendo afectadas devido à transição de governo. No que diz respeito à alteração do “Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil” e o respectivo regime sancionatório, devido à variedade e à complexidade das operações envolvidas, os serviços encontram-se a organizar e analisar, de forma empenhada, as opiniões recolhidas e procuram a acelerar os trabalhos de alteração legislativa. Para fazer face a eventuais acidentes de trabalho do sector da construção civil, o Governo está a promover, de forma ordenada, os trabalhos de alteração do “Regulamento sobre a segurança e saúde ocupacional”, bem como de produção legislativa

das “Regras de gestão do pessoal de estaleiros de construção civil em obras de empreitada ou de locais onde se realizam obras”.

O limite máximo de indemnização por prejuízos específicos decorrentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais será analisado anualmente nos termos da lei, tendo em consideração os factores como o desenvolvimento social e a inflação e será ajustado depois de ouvir as opiniões dos serviços competentes. Esta matéria foi incluída no plano de trabalho de 2019 do Conselho Permanente de Concertação Social, e os serviços competentes criaram já um grupo de trabalho para organizar e analisar as opiniões recolhidas, cujos resultados serão submetidos ao Conselho para efeitos de discussão.

Reitero novamente que a alteração ou elaboração da legislação referente ao trabalho não só está directamente relacionada com os interesses dos trabalhadores, como também com o funcionamento e desenvolvimento das empresas. O Governo, partindo dos interesses gerais, desempenhará o papel de ponte de comunicação, procurando equilibrar os interesses envolvidos e promover o consenso. Embora o mandato do presente Governo esteja prestes a terminar, envidaremos todos os esforços para concluir os trabalhos legislativos que nós prometemos. Assim sendo, afirmo novamente que, no plano quinquenal e no Relatório das Linhas de Acção Governativa, assumimos o compromisso de legislar sobre o salário mínimo, de alterar a “Lei das relações de trabalho” e de ajustar o limite máximo da remuneração de base mensal para efeitos de indemnização por despedimento. Em relação a outros assuntos, os serviços competentes do Governo estão também a promover progressivamente os trabalhos de produção e alteração legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Com a promulgação das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, as três regiões encontram-se a intensificar a cooperação para impulsionar a construção da Grande Baía, sendo a zona piloto de cooperação aprofundada entre Guangdong-Hong Kong-Macau em Hengqin, na cidade de Zhuhai, uma importante plataforma de cooperação e desenvolvimento. O Governo tem afirmado a intenção de colaborar na construção de um projecto integrado relacionado com o bem-estar da população denominado “Novo Bairro de Macau em Hengqin”, mudar o Posto Fronteiriço

da Flor de Lótus para Hengqin, bem como, planear a ligação de Macau, via Hengqin, ao comboio de alta velocidade ou metro. Contudo, esses projectos ainda não foram concretizados.

No domínio financeiro, as Linhas Gerais também propõem explorar para a criação de uma zona piloto de cooperação financeira transfronteiriça entre Macau e Zhuhai. Nestes termos, a sociedade presta particular atenção ao progresso da cooperação entre Zhuhai e Macau no bem-estar da população e noutros aspectos.

Para além disso, durante o período do Ano Novo Lunar deste ano, o Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau passou a ser o segundo maior posto quanto às entradas de turistas em Macau. Contudo, presentemente o número de veículos que utilizam a ponte é reduzido e a taxa de utilização permanece baixa, tendo-se registado, no 4.º trimestre do ano passado, um total de 23.000 veículos que atravessaram a fronteira através desta ponte, mas o número de camiões foi zero. Até ao momento, o plano de construção de um centro logístico na Ilha Artificial de Macau ainda não foi concretizado, por isso, a ponte ainda não produziu efeitos ao nível da logística. Gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, qual é o ponto de situação do reforço da cooperação entre Hengqin e Macau? No âmbito dos serviços financeiros, há que reforçar a cooperação, a inovação e o aprofundamento da integração entre Macau e o Interior da China. Como é que isto vai ser feito? Quando é que vai ser construído o centro logístico? Como é que vai ser reforçada a interconexão ao nível das pessoas, mercadorias, fundos e informações, na Grande Baía?

Obrigado.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Ho Ion Sang.

A cooperação entre Macau e Zhuhai tem sido uma prioridade no âmbito da cooperação entre a Província de Guangdong e Macau. Neste momento, o Governo da RAEM está empenhado em colaborar com as autoridades de Zhuhai para a promoção de projectos. O “Novo Bairro de Macau em Hengqin”, que foi mencionado há pouco, constitui um projecto integrado relacionado com o bem-estar da população, que abrange múltiplas funções, tais como serviços de cuidados para idosos, habitação, educação, saúde, entre outros aspectos. Para esse efeito, foi criado um grupo especializado de trabalho em conjunto pelas Secretaria para a Economia e Finanças e Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura do Governo da RAEM e pelas autoridades de Zhuhai, com o objectivo de promover uma comunicação e articulação eficaz sobre os assuntos relacionados. Quanto à mudança do Posto Fronteiriço de Flor de Lótus para Hengqin, foram verificadas questões como a jurisdição, a área, a inovação

do modelo de passagem fronteiriça, entre outras, mas já chegámos a um consenso com o Governo da Província de Guangdong e o Governo da cidade de Zhuhai. No início de Abril deste ano, o Governo da RAEM apresentou um pedido ao Governo Central para que sejam delegados poderes à RAEM para exercer jurisdição sobre o posto de Macau do novo Posto Fronteiriço de Hengqin, e estamos empenhados em concluir os trabalhos da primeira fase até ao final deste ano.

No dia 23 deste mês realizar-se-á a Conferência Conjunta de Cooperação Guangdong-Macau, na qual o Governo da RAEM assinará com a Província de Guangdong uma série de acordos de cooperação e memorandos de entendimento. Entre estes estará incluído o memorando referente à promoção de apoio, por parte de Hengqin, no desenvolvimento da diversificação das indústrias de Macau e à aceleração da construção do pólo Macau-Zhuhai. Este memorando consubstancia novos consensos sobre a mentalidade, o modo e medidas para a construção conjunta do pólo Zhuhai-Macau, particularmente no que diz respeito à cooperação com Hengqin.

O projecto do centro logístico na Ilha Artificial do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau está presentemente sob a coordenação e supervisão dos Serviços de Alfândega de Macau, enquanto os serviços das obras públicas estão a efectuar o planeamento e a análise do terreno destinado às instalações logísticas.

A promoção da cooperação com o Interior da China na área financeira está a decorrer de forma activa. A RAEM aproveita plenamente as oportunidades inerentes ao desenvolvimento da Grande Baía, utilizando as suas próprias vantagens para, em complementaridade e coordenação com os mercados financeiros vizinhos, impulsionar em conjunto a cooperação financeira regional. Ao mesmo tempo, está a explorar em conjunto com Hengqin, em Zhuhai, a criação de uma zona piloto de cooperação financeira transfronteiriça entre Macau e Zhuhai. No âmbito desta cooperação, estamos inseridos no quadro de “um país, dois sistemas” que envolve três sistemas jurídicos, o que implica a necessidade de resolver em conjunto determinadas questões. Contudo, é com satisfação que informo que, após uma série de negociações recentes com Zhuhai, foram alcançados progressos significativos, particularmente sobre as questões destacadas pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang. No dia 23 deste mês, será assinado um memorando de cooperação que promoverá o apoio de Hengqin à diversificação das indústrias de Macau e acelerará a construção do pólo Macau-Zhuhai. Acredito que, após esta assinatura, haverá melhoria em alguns aspectos: em primeiro lugar, a participação de Macau será reforçada, em segundo lugar, será prestado um apoio ainda maior ao desenvolvimento de Macau.

Como sabemos, o Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau tem uma área de cinco quilómetros quadrados e o restante, se não me engano, cerca de dois quilómetros quadrados serão destinados para apoiar os projectos de Macau a serem realizados no Interior

da China. O segundo aspecto diz respeito à competência de autorização, no passado, os pedidos eram submetidos a Hengqin de Zhuhai, mas agora é permitido que Macau envie pessoal para participar no processo. Por isso, acredito que, as preocupações apresentadas nas reuniões realizadas com os dirigentes de Zhuhai são essencialmente as mesmas que as do Sr. Deputado Ho Ion Sang, nomeadamente a área financeira e a questão da Ponte. Quanto à Ponte, gostaria de informar que, do ponto de vista de Macau, há dois aspectos. Por um lado, reconhecemos que hoje existem algumas questões, designadamente, relativa à capacidade de suporte da Ponte. Segundo os nossos estudos, embora o aumento geral de visitantes tenha sido de cerca de 8%, após a abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o número de visitantes passou para dois dígitos, entre 10% e 20%, podemos afirmar que é um aumento significativo. É evidente que a Ponte, pela sua conveniência e atractividade, está a cumprir o seu papel, trazendo cada vez mais visitantes a Macau. Como sabemos, temos como mercados-alvo os turistas provenientes principalmente do Interior da China, de Hong Kong e de Taiwan. O número de turistas do Interior da China que fazem visitas de um dia aumentou substancialmente, e o aumento é obviamente muito superior ao referido aumento de 8%. Agora é preciso saber de que modo podemos melhor aproveitar esta Ponte.

Relativamente à logística, temos recebido muitas opiniões, especialmente do sector logístico, perguntando que antes do lançamento de projectos logísticos formais, que os serviços responsáveis estão actualmente a desenvolver, é possível haver alguns projectos temporários para permitir ao sector logístico começar a funcionar? Presentemente, estamos a ponderar esta possibilidade, por se tratar de uma questão que necessita de ser estudada por parte do Sr. Secretário Wong e do Director-geral Vong dos Serviços de Alfândega. Segundo as opiniões, a criação de um projecto temporário permitirá algumas operações preliminares, contribuindo para o sector dos transportes cumprir o seu papel na Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Estas questões que foram levantadas são do nosso interesse e estão, neste momento, a ser estudadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Pang Chuan.

**Pang Chuan:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Recentemente, num encontro, o Sr. Chefe do Executivo afirmou que a RAEM deverá desempenhar um papel de suporte na inovação científica e tecnológica da Grande Baía. Nesse sentido, já foi assinado um acordo de cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia

do Estado, com o objectivo de aproveitar plenamente os quadros qualificados da área de ciência e tecnologia e as tecnologias avançadas do Interior da China e com base nas condições e plataformas tecnológicas actualmente existentes em Macau, para promover e acelerar a generalização das actividades de inovação científica e tecnológica em Macau, bem como a obtenção dos resultados.

Há pouco, o Sr. Chefe do Executivo, ao responder à questão do Sr. Deputado Kou Hoi In, referiu que, no contexto da Grande Baía “9+2”, Macau não possui vantagens na atracção de quadros qualificados. Nesse sentido, gostaria de apresentar uma proposta que, sem envolver custos, poderá atrair muitos quadros qualificados para cá. Como se sabe, a prática de acolher investigadores visitantes (*visiting scholars*) é comum entre as instituições académicas. Actualmente, nas universidades do Interior da China, os jovens académicos, no processo de promoção na carreira, por exemplo, no acesso a professor catedrático ou professor associado, estão sujeitos aos testes de acesso e têm de passar por um período de seis meses a um ano numa universidade estrangeira como investigadores visitantes. Além disso, o nosso Estado presta apoio financeiro específico para o efeito. Ou seja, se Macau conseguir atrair esses académicos para serem investigadores visitantes nas nossas instituições, podemos não só reforçar a nossa equipa de quadros científicos e tecnológicos, como também gerar mais resultados de investigação científica e promover o intercâmbio académico, sem qualquer encargo financeiro adicional para Macau, tratando-se, portanto, de uma medida com múltiplos benefícios e praticamente sem desvantagens. Contudo, neste momento, nas universidades de Macau, não existe, na verdade, nem um único investigador visitante, porquê? A razão é simples, não temos um visto específico para investigadores visitantes. Quem deseja vir a Macau só tem duas opções: vir como turista ou obter o cartão azul para trabalhar. Assim sendo, gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, será possível negociar com as entidades competentes do Interior da China para criar um visto especial para os seus investigadores visitantes de excelência, permitindo-lhes realizar investigação académica em Macau e, com isso, impulsionar a inovação científica e tecnológica de Macau?

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Pang Chuan.

Presentemente, existem seis tipos de visto para a entrada dos residentes do Interior da China em Macau, que são: de visita a familiares, permanência temporária, turismo, viagem individual, negócios e por outras razões. No entanto, não existe ainda uma categoria destinada a investigadores visitantes, como foi referido há pouco. Temos recebido opiniões semelhantes, inclusivamente dos profissionais e investigadores visitantes que já estiveram em Macau, manifestando o desejo de um reconhecimento profissional adequado e de maior

facilidade na obtenção de vistos para este tipo de permanência. Por isso, analisámos a situação em outros países, nomeadamente na América do Norte e na Europa, onde existem vistos específicos para investigadores visitantes. Face à evolução da sociedade e às exigências da actualidade, considero que há uma necessidade de estudar a criação de um visto ou autorização específica para investigadores visitantes e, assim, temos a vontade de acolher a sua sugestão. Iremos analisar esta possibilidade em conjunto com os serviços competentes, estudando a sua inclusão para além das seis categorias actuais. Acredito que esta medida trará benefícios para toda a região de Macau, nomeadamente no ensino, na investigação científica e na atracção de profissionais qualificados. Por um lado, trará maior conveniência para essas pessoas e, por outro, constitui um importante sinal de reconhecimento profissional. Creio, por isso, que isto merece um estudo aprofundado, e de facto há necessidade para a criação deste tipo de visto.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Wong Kit Cheng.

**Wong Kit Cheng:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Com a divulgação das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, as políticas e as medidas das diversas cidades e os projectos de cooperação estão a ser publicados e lançados sucessivamente. Os Serviços de Saúde iniciaram já os seus trabalhos no âmbito de projectos de cooperação na área da saúde, tendo anunciado que iriam instalar postos de saúde em Hengqin, tendo assinado, com as outras duas regiões, o Protocolo de Saúde da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e tendo divulgado, conjuntamente com os serviços de saúde das outras duas regiões, as cinco medidas concretas de cooperação médica para servir de um bom exemplo para a cooperação, integração e desenvolvimento da economia e do bem-estar da Grande Baía. Um idoso com mais de 70 anos de idade, que optou por passar a velhice no Interior da China, disse-me que ele reside no Interior da China com a pensão para idosos e o montante da comparticipação pecuniária pagos pelo Governo, bem como com a sua poupança, sendo a vida satisfatória, mas, quando se sente mal disposto ou necessita de se deslocar aos Serviços de Saúde para a consulta de seguimento, é preciso que os seus familiares tirem férias para o acompanhar, por isso, ele deseja que, através de algumas medidas, possa trazer mais conveniência nos cuidados de saúde para os idosos que optaram por passar a velhice no Interior da China.

Com a promoção do planeamento de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-

Hong Kong-Macau, o número de residentes de Macau que residem na Grande Baía irá aumentar cada vez mais. Neste contexto, a protecção da saúde constitui uma política importante no domínio do bem-estar social. Nestes termos, gostaria de questionar o Sr. Chefe do Executivo, que acções concretas e políticas específicas o Governo pretende implementar para promover a interligação entre os sistemas de protecção médica de Macau e de Guangdong, de modo a facilitar a integração dos nossos residentes na vida na Grande Baía, reforçando a protecção da saúde da população e tornar mais conveniente a vida daqueles que optam por passar a velhice ou residir no Interior da China? De que modo, no futuro, aproveitando os projectos de cooperação mencionados, irá aprofundar ainda mais a integração dos serviços de saúde entre as regiões de Macau, Guangdong e Hong Kong? De que modo irá ajustar a vigente política de saúde de Macau para se alinhar com a construção de uma “Grande Baía Saudável”? O Governo já criou um grupo de trabalho especializado para implementar e articular-se com o consenso alcançado sobre a cooperação na área da saúde na Grande Baía? Para além disso, como pretende o Governo responder e coordenar com as cinco medidas concretas acima mencionadas?

Obrigada.

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, por favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada Wong Kit Cheng.

Penso que aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Wong Kit Cheng referiu corresponde à situação de uma parte dos residentes de Macau, e com esta tendência, prevê-se que haja cada vez mais residentes de Macau a optarem por passar a velhice na Grande Baía. Relativamente a esta matéria, já discuti com a área do Sr. Secretário Tam várias vezes e a nossa principal preocupação é que, em primeiro lugar, esperamos que os idosos de Macau possam envelhecer nos seus domicílios, porque esta é a nossa política, mas claro que, ao mesmo tempo, eles podem optar por viver a sua reforma na Grande Baía. Agora, creio que a questão mais importante é precisamente os serviços de cuidados de saúde e depois dos esforços da equipa do Sr. Secretário Tam e das várias negociações efectuadas com os serviços competentes do Interior da China, foi definida a orientação dos nossos trabalhos, devendo começar por garantir a protecção da saúde básica através do regime de seguro. Segundo o meu entendimento, o primeiro passo importante é obter a autorização de residência no Interior da China, uma vez obtida esta autorização, as pessoas podem adquirir os seguros incluídos no sistema de protecção local. Neste momento, esta ideia ainda se encontra numa fase de concepção, iremos experimentar para verificar se é viável e a nossa ideia é caber ao Governo adquirir este tipo de seguro para os nossos idosos. Contudo, surgem aqui duas questões, como todos nós sabemos, qualquer sistema de protecção ou seguro existe sempre um limite, podemos chamá-lo coloquialmente de “tecto” ou “limite máximo”, um mecanismo que cobre

certas circunstâncias, mas não todas. Por isso, queremos que, caso os idosos que residem no Interior da China necessitem de tratamentos especializados ou de cuidados para casos mais complexos, possam regressar a Macau para receber tratamento, já que a garantia básica poderá ser disponibilizada em Macau.

Quanto à segunda questão, gostaria de referir que a ideia inicial seria menos viável, pensávamos numa forma em que, depois de os idosos terem recebido tratamento em instituições médicas do Interior da China, as despesas seriam pagas pelo Governo da RAEM. Contudo, consideramos que, do ponto de vista técnico e operacional, esta solução seria difícil de ser implementada. Assim sendo, a nossa tendência é, quem decidir viver no Interior da China, por exemplo, para passar a velhice na Grande Baía, deverá obter a autorização de residência no local. Segundo o nosso conhecimento preliminar, neste momento, cerca de 17 a 20 mil residentes de Macau que vivem nas nove cidades da Província de Guangdong já possuem esta autorização. Após as discussões conduzidas pelo Sr. Secretário Tam, pretende-se que a medida seja implementada, a título experimental, em Zhuhai, envolvendo alguns milhares de pessoas, e caso a avaliação seja positiva e haja consenso neste sentido, poderá passar a abranger todas essas pessoas. A cobertura desta assistência médica básica será assegurada através da aquisição de um seguro no local. Contudo, mantemos a expectativa de que, nos casos mais complexos ou que exijam cuidados especializados, os pacientes devem regressar a Macau para receber o tratamento assegurado pelo Governo da RAEM, algo que acredito que eles estarão dispostos a aceitar.

Na realidade, a cooperação entre Guangdong e Macau no domínio da saúde já inclui há muito tempo a colaboração entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Desde a criação da RAEM, há 20 anos, praticamente temos desenvolvido esta cooperação ao longo desse período, pelo que a base é bastante sólida, tanto nos conteúdos consentidos como nas cinco medidas concretas, já existe há muito tempo um amplo entendimento comum. Estes consensos abrangem a promoção da saúde colectiva, o desenvolvimento de alta qualidade, o impulsionamento da participação de serviços médicos, o investimento, a optimização dos mecanismos de resposta e comunicação de emergências, o aprofundamento da cooperação em áreas especializadas, bem como, a possibilidade de investimento recíproco, todos estes domínios já atingiram um elevado grau de maturidade. Por isso, considero que estamos a oferecer mais uma alternativa aos nossos idosos, caso estes optem por ir a uma das nove cidades da Grande Baía para viverem a sua reforma, pretendemos melhor coordenar com as autoridades do Interior da China, garantindo-lhes que, depois de eles obterem a autorização de residência, possam adquirir o seguro, que serve como protecção básica. E, no caso de doenças complexas ou necessidade de tratamentos especializados, esperamos sinceramente que regressem a Macau para receber o tratamento, penso que esta forma poderá aliviar uma parte das preocupações dessas pessoas.

Mas temos de repetir que Macau continua a ser um bom lugar para o envelhecimento.

Por que razão? Daquilo que nós sabemos, a área da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, chefiada pelo Sr. Secretário Tam, em particular o Instituto de Acção Social, tem desenvolvido trabalho ao longo de muitos anos e creio que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Wong Kit Cheng conhece bem este conceito de envelhecimento no domicílio, que visa permitir aos idosos viver com as suas famílias e envelhecer na sua comunidade. Não podemos dizer que somos contrários à medida em discussão, apenas podemos afirmar que estamos a oferecer mais uma alternativa. Essa escolha, obviamente, pertence exclusivamente à própria pessoa idosa. Contudo, iremos empenhar-nos para oferecer o melhor apoio possível no domínio da saúde. Eis o consenso preliminar alcançado neste momento e será brevemente lançada a fase experimental, mas o essencial é a obtenção da autorização de residência, servindo como ponto de partida para a implementação desta medida.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Fong Ka Chio.

**Fong Ka Chio:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau foram publicadas em 18 de Fevereiro de 2019. Tal como indica o artigo assinado pelo Chefe do Executivo no dia da publicação das Linhas Gerais, o posicionamento de Macau no desenvolvimento e construção da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau demonstra a posição que Macau ocupa na estratégia nacional. Isto representa um reconhecimento, expectativa e oportunidade histórica, como também um desafio.

Reparei que, no Capítulo VI das Linhas Gerais, há uma frase: “*apoiar Macau na criação de um conjunto de marcas de convenções e exposições com influência internacional*”; e que, no Capítulo IX, há ainda outra frase: “*apoiar Hong Kong e Macau na realização de diversos fóruns e exposições relacionados com a iniciativa ‘Uma Faixa, Uma Rota’ e desenvolver Hong Kong e Macau enquanto plataformas importantes para participarem conjuntamente na construção de ‘Uma Faixa, Uma Rota’*”. Ao longo de mais de uma década, os resultados de Macau em investimentos e serviços de turismo, convenções e exposições, e *resorts* integrados têm sido satisfatórios. Durante anos, o Governo tem apoiado o desenvolvimento do sector de convenções e exposições, e, especialmente no sector de convenções, são cada vez mais as convenções reconhecidas internacionalmente que se realizam em Macau, e são cada vez mais as convenções originalmente criadas por Macau que obtêm reconhecimento internacional. Por isso, Macau já tem a capacidade de realizar grandes conferências

internacionais. Mais, Macau é uma sociedade harmoniosa e segura, pelo que na realização de conferências internacionais e de reuniões sensíveis que exijam maior segurança, possuímos vantagens peculiares em comparação com as outras cidades da Grande Baía.

Sr. Chefe do Executivo, de que planos dispõe o Governo para cumprir o objectivo de conjugar as necessidades do País e as vantagens próprias de Macau, construindo uma plataforma de comunicação para “Uma Faixa, Uma Rota” e assumindo verdadeiramente a responsabilidade enquanto “principal cidade”?

Muito obrigado.

**Presidente:** Faça o favor, Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Deputado Fong Ka Chio.

Quer nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, quer ao nível do Grupo de Líderes que tivemos oportunidade de participar, as expectativas do país em relação a Macau consistem em concretizar bem, em primeiro lugar, os nossos três posicionamentos estratégicos: primeiro, centro mundial de turismo e lazer; segundo, plataforma de serviços comerciais entre a China e os países de língua portuguesa; e terceiro, que é um novo posicionamento, base de intercâmbio que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas diversificadas. Por que razão devem estes três aspectos ser prioritários no âmbito da articulação do desenvolvimento da Grande Baía? Porque esses três aspectos podem contribuir para o desenvolvimento de toda a região da Grande Baía, e enquanto uma das quatro principais cidades da Grande Baía, devemos potenciar os nossos posicionamentos estratégicos, e depois projectar o seu efeito para alcançar maior eficácia.

Tal como referido, Macau tem capacidade para realizar um grande número de conferências internacionais. É evidente que, nos últimos anos, Macau tem tido um rápido desenvolvimento enquanto cidade de convenções e exposições, com um aumento significativo tanto no número de eventos organizados localmente como no número de convenções e exposições aqui realizadas. E por que razão dizemos que somos capazes de ser uma base para a formação turística ao nível mundial? Isto porque temos instituições de ensino superior e de estágio, temos espaços de convenções e exposições e serviços hoteleiros ao nível mundial, bem como instalações de serviços diversificados disponíveis para os estagiários, permitindo-lhes integrar-se no sector profissional. Por isso, conjugando todos esses factores, Macau reúne as condições vantajosas para promover a nossa marca de convenções e exposições e para potenciar o nosso papel enquanto plataforma económica.

Além disso, em relação aos países de língua portuguesa, temos também vantagens em promover o intercâmbio cultural no âmbito da Grande Baía e com os países abrangidos pela iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, as quais deverão ser plenamente aproveitadas no futuro. Com efeito, Macau é um território particularmente singular: possui uma cultura predominantemente chinesa, enraizada na cultura Lingnan, mas, devido ao seu percurso histórico, é a única região do país onde a cultura do sul da Europa se implantou profundamente e se mantém presente há já séculos. Esperamos, por isso, que possamos valorizar esta característica única de fusão entre as culturas oriental e ocidental, contribuindo para a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e para a Grande Baía.

Outro aspecto prende-se com a valorização do papel de Macau na promoção da ligação afectiva com os chineses ultramarinos retornados e seus familiares, pois Macau possui vantagens nesta área. No domínio do trabalho com a comunidade chinesa no estrangeiro, nos últimos 20 anos, graças ao impulso do Governo, à acção de organizações civis e ao apoio do país, temos desenvolvido um grande volume de trabalho, pelo que podemos desempenhar um papel activo e promotor no relacionamento com os países abrangidos pela iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e no desenvolvimento da Grande Baía.

No que respeita à construção de um ponto de apoio estratégico no corredor de inovação tecnológica, considero que devemos actuar em várias vertentes, sendo uma delas reforçar o apoio aos laboratórios de referência do Estado e intensificar o apoio às nossas instituições de ensino superior. Paralelamente, é fundamental reforçar a coordenação, lançando mais programas de financiamento e fortalecendo a capacidade local de investigação e desenvolvimento na ciência e tecnologia inovadoras. Embora existam receios quanto ao nosso nível tecnológico, após sucessivas reuniões e tomando em consideração o forte apoio dado pelo país, todos querem conseguir a inovação científica e tecnológica em Macau, pois no âmbito das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a inovação constitui um dos eixos centrais. Neste sentido, esperamos que consigamos inovar com base nisso e tornar-nos num dos pontos de apoio importantes neste corredor tecnológico. Quanto aos aspectos acima referidos, temos plena confiança e uma atitude profundamente proactiva na sua concretização.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados.

Vamos ter um intervalo de trinta minutos.

**( Intervalo )**

**Presidente:** Srs. Deputados.

Vamos continuar a nossa reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iau Teng Pio.

**Iau Teng Pio:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

O Presidente Xi deu várias orientações importantes para os trabalhos da juventude de Macau e o primeiro-ministro, durante as Duas Sessões deste ano, referiu especificamente a questão dos jovens de Macau, incentivando Macau a promover activamente a criação de negócios e o acesso ao emprego dos jovens para terem um futuro melhor.

Sr. Chefe do Executivo, nos últimos anos e no futuro, o que é que o Governo fez e vai fazer para reforçar e otimizar os trabalhos de formação dos jovens, para que a gloriosa tradição de amor pela Pátria e por Macau passe de geração em geração?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Iau Teng Pio.

O Governo da RAEM tem-se empenhado em responder às necessidades reais dos jovens, com especial atenção ao seu desenvolvimento a longo prazo e com dedicação para criar condições favoráveis ao seu crescimento, formação e sucesso.

Desde o retorno à Pátria, a educação em Macau tem registado um desenvolvimento significativo, tendo sido desenvolvida uma rede educativa abrangente composta por ensino não superior, ensino superior, ensino técnico-profissional, ensino especial, aperfeiçoamento contínuo e a aprendizagem vitalícia, garantindo que todos os estudantes tenham acesso equitativo à educação. Paralelamente, tem sido reforçada a coordenação entre os diferentes aspectos bem como a formação dos jovens de forma global, já com alguns resultados.

No domínio do ensino não superior, foi alcançada a cobertura total do hastear da Bandeira Nacional e da execução instrumental e vocal do Hino Nacional nas escolas primárias e secundárias de Macau. Ao mesmo tempo, os alunos do ensino secundário vão passar a utilizar, de forma generalizada, os materiais didácticos sobre a História da China elaborados conjuntamente pela DSEJ e pela editora *People's Education Press*. Além disso, são organizadas diversas actividades para a promoção do amor pela Pátria e por Macau.

Nesse âmbito, entre 2004 e 2018, o projecto “Viagens de estudo ao continente” financiou um número acumulado de 57 mil estudantes para participarem em programas de intercâmbio e estudo no Interior da China.

Quanto ao ensino superior, nos últimos anos foram lançados programas especiais de financiamento para aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre a Constituição e a Lei Básica. Os estudantes são ainda incentivados a aproveitar as oportunidades oferecidas pela iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e pela região metropolitana da Grande Baía e a melhorar a compreensão sobre o desenvolvimento económico do país.

O Governo da RAEM atribui grande importância à formação dos valores cívicos dos jovens e à transmissão da tradição de amor pela Pátria e por Macau. Esperamos que os jovens possam consolidar, em cada fase do seu crescimento, os valores fundamentais de amor pela Pátria e por Macau. Fornecemos também muitas oportunidades e condições favoráveis para concretizarem o seu plano de carreira e se tornarem profissionais qualificados. Acreditamos que a nova geração em Macau tem hoje mais oportunidades do que nunca. Como já referido, na escola existem oportunidades para aprender e para conhecer a Pátria, enquanto no ambiente de trabalho, considerando que Macau é uma sociedade de associações, os jovens são encorajados a participarem nas actividades associativas para que conheçam melhor o país e Macau e sejam cidadãos responsáveis. Além disso, pretendemos apoiar os jovens em mais duas áreas. Primeira, prestar apoio constante à formação contínua e aprendizagem vitalícia deles. A segunda prende-se com o empreendedorismo, área na qual temos desenvolvido um conjunto de trabalhos para apoiar a aprendizagem e compreensão aprofundada sobre o Interior da China, bem como o empreendedorismo em Macau e no Interior da China. Estamos sempre prontos para oferecer plataformas e oportunidades para quem tem vontade.

Por outro lado, o Governo da RAEM tem-se empenhado no trabalho juvenil. Tanto eu como os cinco Secretários trocamos ideias periodicamente com os jovens para ter uma comunicação bidireccional e compreender melhor as suas necessidades. Julgamos que, para além de disponibilizar oportunidades educativas, de participação associativa e de empreendedorismo, é fundamental escutar activamente as opiniões dos jovens, pois eles são o nosso futuro. Portanto, empenhamo-nos em todas as áreas, tendo em vista o crescimento, a formação e o sucesso dos jovens, de modo a assegurar que possam alcançar os seus objectivos de vida pretendidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Lam Iok Fong.

**Lam Iok Fong:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

A saúde é uma questão de interesse para todos os cidadãos de Macau. Em relação ao sistema de saúde de Macau, gostaria que o Sr. Chefe do Executivo me esclarecesse duas questões. A primeira, em Novembro do ano passado, o Sr. Chefe do Executivo afirmou que durante o seu mandato iria estudar a viabilidade da implementação de um seguro universal de saúde. Está prestes a terminar o seu mandato. Gostaria de saber se o referido estudo já foi iniciado e qual é o seu actual andamento? Como pode esta orientação ser continuada pelo próximo Governo?

A segunda questão, alguns cidadãos reclamam que na resolução de conflitos médicos, os Serviços de Saúde, enquanto gestor do Hospital Conde de S. Januário, assumem simultaneamente um papel no tratamento das queixas dos doentes, o que é equivalente a fiscalizar-se a si próprio, fazendo com que muitos cidadãos sintam falta de justiça no tratamento de conflitos. Por outro lado, a proposta de lei “Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde” está em apreciação da Assembleia Legislativa e através da qual podemos antever que, após a sua aprovação, os Serviços de Saúde têm de investir muitos recursos para tratar dos assuntos de estágio e de registo e licenciamento para exercício da actividade dos profissionais das instituições médicas públicas e privadas, portanto, haverá um aumento significativo no volume de trabalho de coordenação e de fiscalização do sector da saúde.

Sr. Chefe do Executivo, é possível, ou não, proceder a uma reestruturação administrativa dos Serviços de Saúde que permite separar os seus papéis de fiscalizador administrativo e de prestador de serviços hospitalares, promovendo uma racionalização do sistema de gestão dos cuidados de saúde e ajudando a aliviar o volume de trabalho do Hospital Conde de S. Januário e dos Serviços de Saúde? O Governo da RAEM vai considerar reestruturar as relações de dependência entre os Serviços de Saúde e o Hospital Conde de S. Januário, promovendo a separação dos papéis de prestador e administrador dos serviços médicos, reforçando a neutralidade, imparcialidade e objectividade dos Serviços de Saúde enquanto fiscalizador da saúde pública e privada de Macau?

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada pelas questões da Sr.<sup>a</sup> Deputada Lam Iok Fong.

Quanto à questão do seguro universal de saúde, o que disse na altura foi que iríamos convidar as instituições académicas para a realização de um estudo. O Governo já

encomendou à Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau um estudo para a análise de viabilidade e de custos-benefícios económicos, cujos resultados estão previstos para Outubro deste ano. Na minha opinião, será mais adequado proceder a consulta após a obtenção dos resultados. Gostaria de sublinhar que, quanto à questão do seguro universal de saúde, temos recebido diversas opiniões ao longo do tempo e sobretudo, Macau disponibiliza actualmente uma cobertura ampla de serviços médicos gratuitos, isto é, temos já uma rede de protecção abrangente. Teoricamente, o conceito de cobertura universal é muito positivo, cada pessoa assume a sua parte do custo, enquanto o Governo suporta outra parte. Claro, tudo isto depende da viabilidade prática. Então, por que razão devemos realizar uma consulta? Porque é necessário perceber até que ponto os cidadãos de Macau estão dispostos a contribuir para a implementação de um sistema de seguro médico de cobertura universal. Falando com franqueza, já observámos diversos exemplos em diferentes países e regiões, com resultados variados. Por isso, considero que esta abordagem em duas fases é a mais acertada, primeiro, um estudo académico sobre a viabilidade e eficácia económica do sistema de protecção médica, e depois, uma consulta pública, para que possamos compreender verdadeiramente a posição da população de Macau relativamente ao seguro universal de saúde.

Quanto à segunda questão que diz respeito à actual gestão do sistema de saúde em Macau, gostaria de começar por referir que, no domínio da resolução de conflitos médicos, foi criado, em 2002, um centro para o tratamento das reclamações por erro médico, que contava com alguns membros provenientes do sector médico privado, e que analisava os casos de reclamações com base em factos e em pareceres médicos especialistas. Em 2017 entrou em vigor o Regime jurídico do erro médico, tendo entrado em funcionamento em simultâneo a Comissão de Perícia do Erro Médico e o Centro de Mediação de Litígios Médicos, para melhor salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos utentes e dos prestadores de cuidados de saúde. São estes os mecanismos actualmente existentes para a perícia e reclamação após a entrada em vigor do Regime jurídico do erro médico. A Sr.<sup>a</sup> Deputada Lam levantou as dúvidas relativas à actual estrutura do sistema de saúde, nomeadamente se tem uma gestão eficaz, não é? Penso que esta questão merece uma análise detalhada. Sei que, devido ao constante alargamento do sector da saúde, a lei orgânica será revista este ano. Como todos sabem, foi criado o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e foi recentemente inaugurado um novo hospital de reabilitação, portanto, estamos perante uma estrutura grande e vou dar alguns dados para referência. Em 2018, registou-se um total de 4.357 trabalhadores, e segundo os dados do sistema, o orçamento de 2018 foi de cerca de 7,2 mil milhões de patacas, enquanto o orçamento para o 2019 é de aproximadamente 8,4 mil milhões de patacas, números claramente significativos. Contudo, é necessário fazer uma estimativa básica, e quando o complexo estiver construído, acredito que o orçamento necessário será ainda maior.

Falando com franqueza, gostaria de ter uma longa conversa consigo sobre este tema, pois já me dedico a este sistema há quase 40 anos. No entanto, nesses 40 anos, nunca vi um

sistema de saúde perfeitamente bem-sucedido, seja na Europa, nos EUA, na América do Norte, na Ásia ou mesmo nas regiões vizinhas. Até o nosso Estado está constantemente a aperfeiçoar o seu sistema de saúde. Então, qual será a mudança mais importante? Na minha opinião, o essencial é resolver dois problemas fundamentais, como resolver as necessidades da população e como garantir a sua saúde. Como fazê-los? O sistema de saúde é, de facto, muito enorme. Eu próprio reconheço alguns problemas, que certamente o Sr. Secretário Tam e a sua equipa terão de enfrentar no futuro. No momento, não tenho informação sobre quando ocorrerá a reestruturação ou qual é o estatuto orgânico objecto de alteração, só que após determinado tempo de funcionamento, podemos identificar algumas questões que exigem a alteração do estatuto orgânico, em primeiro lugar, o controlo de doenças transmissíveis e, em segundo lugar, com o estabelecimento contínuo de novos hospitais, todos podem verificar que o nosso sistema de saúde se destina a cuidados de saúde básicos e especializados, ou, por outras palavras, é um subsistema de saúde. Com tantos hospitais a funcionar no futuro, como deverá este sistema proceder à gestão? A Sr.<sup>a</sup> Deputada Lam sugeriu uma maneira, não sei se me enganei ou não, de separar a gestão dos hospitais. Por exemplo, na região vizinha existe a *Hospital Authority*, responsável pela gestão dos hospitais, enquanto a área de saúde está sujeita a uma supervisão de nível mais alto, com um panorama de topo, mas este modelo também causou alguns problemas. Durante surtos graves de doenças transmissíveis, surgiram dois grandes problemas. O primeiro foi a recolha de dados: como os hospitais estão sujeitos a uma gestão separada, existia problema com os dados recolhidos e reportados por cada hospital; o segundo diz respeito às dificuldades na realização de investigação epidemiológica em situações de emergência. Claro que este modelo também pode trazer benefícios significativos. Por isso, penso que, em relação a esta questão que discutimos hoje, os Serviços de Saúde devem reavaliar como e quando proceder a alterações. Uma vez que o sistema tem um grande tamanho, acredito que será inevitável rever a lei orgânica para responder às necessidades, pois para responder às necessidades é preciso mudar. Como o orçamento é de cerca de 8,4 mil milhões de patacas, sendo o número total de trabalhadores de 4.357 pessoas em 2018, é evidente que estamos perante um sistema muito grande. No entanto, independentemente das mudanças que ocorram, devemos garantir o seu funcionamento normal, pois o objectivo final é assegurar a saúde da população. Por isso, considero que hoje levantamos uma boa questão: como podemos fazer melhor? Em especial, sei que está preocupada com questões de supervisão e de qualidade dos cuidados médicos. Já registámos estas questões. Vou analisar o assunto com o Sr. Secretário Tam e vou sugerir a marcação de uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Deputada para um diálogo mais aprofundado. Está de acordo?

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chan Iek Lap.

**Chan Iek Lap:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Na sequência da publicação das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, vamos poder aprofundar a diversificação adequada da economia de Macau. Na realidade, os maiores problemas do desenvolvimento de Macau residem na falta de diversificação industrial, na predominância do sector do jogo e no espaço limitado para reconversão. Para concretizar a diversificação adequada da economia, a única saída é tomar a iniciativa de integrar-se no desenvolvimento do país. Por isso, as Linhas Gerais definem claramente a construção de uma baía de lazer e a criação de uma Grande Baía saudável, para que a Região do Delta do Rio das Pérolas se torne efectivamente num jardim traseiro de Hong Kong e de Macau.

A cooperação aprofundada na área da saúde da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau pode ser dividida em dois aspectos: primeiro, intercâmbio e cooperação da área da saúde e dos seus profissionais. Quanto a isto, os serviços de saúde dos três locais já emitiram conjuntamente, em meados do mês passado, cinco medidas para promover a cooperação estreita e o desenvolvimento conjunto; segundo, solução que permita a integração de mais de 600 mil residentes de Macau no ambiente de qualidade da Grande Baía agradável para viver, trabalhar e viajar.

É consabido que os residentes de Macau que vivem, trabalham e viajam na Grande Baía receiam ficar doentes, por isso, é premente e necessária a criação de um regime completo de segurança médica para a Grande Baía.

Quanto às questões mencionadas, gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo se vai utilizar os recursos do Governo para adquirir seguros médicos com cobertura nas cidades da região “9+2” da Grande Baía para todos os residentes de Macau, com o objectivo de promover a integração da população de Macau no círculo de qualidade de vida da Grande Baía sem quaisquer preocupações?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Chan Iek Lap.

Como referi há pouco, a política exige que os interessados sejam titulares da autorização de residência para os residentes de Hong Kong, Macau e Taiwan, ou seja, os residentes de

Macau que possam tal autorização podem aderir ao seguro básico de saúde do Interior da China e beneficiar de tratamento idêntico ao dos residentes locais, embora neste momento ainda não tenha sido lançado um documento oficial. Actualmente, o seguro básico de saúde do Interior da China produz efeitos no próprio ano da inscrição, ou seja, o seguro entra em vigor logo após a aquisição. No entanto, devemos ter uma consideração e um planeamento a longo prazo para se articular com o lançamento desta autorização de residência.

No ano passado, o Ministério dos Recursos Humanos e Segurança Social do Estado auscultou a opinião sobre a participação dos residentes de Hong Kong, Macau e Taiwan no seguro básico de saúde do seguro social do Interior da China, o que contou com a nossa participação. O Governo da RAEM espera que, com o lançamento oficial da referida medida, possamos facilitar a residência e a vida quotidiana dos residentes de Macau na Grande Baía através da aquisição do seguro, matéria essa que continuamos a discutir com as autoridades da Província de Guangdong. De acordo com os dados disponíveis, há actualmente cerca de 17 mil residentes de Macau titulares da autorização de residência, muitos deles trabalham no Interior da China e já dispõem de seguro de saúde de trabalho. Assim que o plano estiver pronto, estamos plenamente dispostos a acolher a sugestão do Sr. Deputado Chan, isto é, adquirir garantia ou seguro para residentes de Macau que vivam na Grande Baía. Contudo, o pressuposto essencial é deter a autorização de residência após o lançamento da medida. Se for caso disso, iremos adquirir o seguro para garantir a assistência médica básica. Esperamos poder alcançar e assinar brevemente um acordo com a Administração de Segurança de Saúde da Província de Guangdong, em seguida, iremos lançar um programa detalhado para a participação da população e promover o seu alargamento gradual a toda a região da Grande Baía.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo, caros colegas,

A minha questão diz respeito à responsabilização dos titulares dos principais cargos e das entidades tutelares, ou seja, titulares dos cargos do nível superior aos de directores. Recentemente, o ex-Procurador do Ministério Público referiu que 14 pessoas lhe tinham pedido, por telefone, a colocação dos familiares nos postos de trabalho no Ministério Público, sendo duas delas ex-Secretária e actual Secretária para a Administração e Justiça. Já em 2009, o Sr. Chefe do Executivo sublinhou no seu programa político a necessidade de constituir um

governo honesto e íntegro, e depois afirmou também no seu programa político de 2014 a necessidade de reforçar a justiça, a equidade e a transparência na administração pública. Como restam ainda 12 pessoas sem nomes publicados, muitos residentes de Macau, incluindo especialistas, académicos e jovens, querem saber se o Chefe do Executivo, no tempo remanescente do seu mandato, vai dar conhecimento ao público da lista dessas pessoas? Vai mandar a investigação por parte do Comissariado contra a Corrupção para apurar se houve participação dos titulares dos principais cargos nos tais casos de exercício de influência?

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho.

A governação de acordo com a lei e a integridade e boa governação são atribuições e requisitos fundamentais para a RAEM e para todos os órgãos públicos da RAEM. Devemos desenvolver as nossas actividades de acordo com o princípio da legalidade e no âmbito das competências conferidas pela lei. No respeito pelos direitos e interesses legalmente garantidos dos residentes, devemos tratar todos os cidadãos de forma igual, justa e imparcial, prosseguindo sempre o interesse público. Como Chefe do Executivo, tenho exigido constantemente que todos os trabalhadores dos serviços públicos desempenhem fielmente as suas funções com integridade e de acordo com a lei. Os governantes de todos os níveis devem ser exemplo, exigindo a si mesmos rigorosamente.

Quanto à questão levantada há pouco sobre a afirmação do ex-Procurador Ho Chio Meng, durante o julgamento no Tribunal de Última Instância, que alguns governantes lhe tinham recomendado familiares e conhecidos para trabalharem no Gabinete do Procurador, segundo o meu conhecimento, para além de mencionar os nomes das ex-Secretária e actual Secretária para a Administração e Justiça, ele não apresentou ao tribunal qualquer lista de pessoas envolvidas. Contudo, nos termos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, todos os que tiverem conhecimento de que um trabalhador dos serviços públicos praticou infracção disciplinar poderão participá-la a superior hierárquico deste. Ao mesmo tempo, os trabalhadores dos serviços públicos têm o dever de participar infracção disciplinar de que tenham conhecimento. Caso isso se verifique, o superior hierárquico com competência disciplinar irá dar início ao processo disciplinar.

No que respeita às alegadas recomendações feitas pelas ex-Secretária e actual Secretária para a Administração e Justiça para a colocação de familiares e conhecidos no Gabinete do Procurador, o CCAC já realizou uma investigação sobre o caso e divulgou publicamente os seus resultados, tendo concluído que actualmente não existem condições para proceder à

responsabilização disciplinar nos termos do ETAPM. Gostaria de reiterar ao Sr. Deputado Coutinho que não tenho essa lista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong.

**Chan Hong:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau recentemente publicadas, para além de definir o posicionamento de Macau como “um centro” e “uma plataforma”, foi aditado um novo — “uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas diversificadas”. Trata-se de uma estratégia nacional que permite promover o desenvolvimento de Macau e o aproveitamento pleno das vantagens e do papel de Macau na Grande Baía, o que é muito importante para a conjuntura geral. Macau é um local de encontro das culturas chinesa e ocidental com enorme riqueza histórica e cultural. O novo posicionamento de “uma base” representa não só o reconhecimento pelo país do papel de Macau enquanto ponte de intercâmbio cultural internacional, mas também implica a entrega a Macau das missões de “base de intercâmbio e cooperação que promove a coexistência de culturas diversificadas” e de “promover a preservação e evolução da milenar cultura tradicional chinesa”.

Tal como o Chefe do Executivo referiu logo após a publicação das Linhas Gerais, Macau tem como missões fomentar o desenvolvimento de um turismo e lazer de nível mundial, a coexistência, a cooperação mútua e o intercâmbio de culturas diversificadas, bem como a promoção conjunta entre estas dimensões. Assim, o posicionamento de Macau é claro e os seus objectivos estão bem definidos. A questão é como concretizar as missões eficazmente. Para construir esta “base”, é necessário, em primeiro lugar, promover os valores essenciais com predominância da cultura chinesa através de, por exemplo, gastronomia típica, cultura turística e culturas chinesa e ocidental.

Sr. Chefe do Executivo, de que planos concretos dispõe o Governo da RAEM para promover a construção da referida base? Como vai aproveitar as vantagens históricas e culturais existentes de Macau para promover os diversos aspectos desta construção, com vista a concretizar, de forma mais rápida e eficaz, o objectivo da diversificação adequada da economia de Macau?

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões da Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong.

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau atribuíram a Macau uma nova missão — base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas diversificadas — em virtude das vantagens institucionais únicas, do estatuto histórico especial e da enorme riqueza histórica e cultural de Macau. A missão implica que Macau deva assumir ainda mais responsabilidades e tarefas, pois o objectivo no âmbito de “uma base” consiste em aproveitar plenamente a profunda cultura e história de Macau para concretizar o posicionamento estratégico de Macau como “um centro” e “uma plataforma” definido pelo país, permitindo, deste modo, que o Centro Mundial de Turismo e Lazer promova a coexistência e intercâmbio de culturas diversificadas, que a cooperação e o intercâmbio visando a promoção da coexistência de culturas diversificadas fomentem o turismo e lazer de nível mundial, e que a prestação de serviços comerciais entre a China e os países de língua portuguesa enriqueça o conteúdo da coexistência de culturas diversificadas. Assim, estas três dimensões estão estreitamente interligadas e são mutuamente reforçadoras.

É amplamente sabido que a cultura de Macau tem características únicas, em que a cultura chinesa, ou seja, a cultura Lingnan da China, tem um papel predominante; por outro lado, a cultura do sul da Europa está profundamente enraizada em Macau — nos costumes, na cultura, na arquitectura, na língua, entre outros aspectos. Portanto, para concretizar bem a missão, devemos promover a singularidade cultural de Macau resultante da coexistência de culturas diversificadas com predominância da cultura chinesa, bem como intensificar os intercâmbios culturais. Identificámos já algumas áreas industriais particularmente importantes. Em primeiro lugar, devemos preservar os nossos patrimónios mundiais, sobretudo, o Centro Histórico de Macau reconhecido pela UNESCO e, para além da protecção dos patrimónios materiais, é igualmente essencial salvaguardar os patrimónios imateriais, muitos deles são transmitidos há gerações em Macau. Em segundo lugar, pretendemos aproveitar as características referidas, bem como o efeito impulsionador dos patrimónios imateriais no sector cultural, para fomentar o seu desenvolvimento, especialmente o da indústria cultural, nomeadamente, como proceder à industrialização da cultura, e como permitir que Macau desempenhe um papel estratégico neste aspecto.

Actualmente, temos um fundo destinado à indústria cultural, temos serviços e associações da área cultural, que têm envidado grandes esforços nesta direcção. Na posição do Governo, para efeitos do posicionamento como “uma base”, acredito que devemos

reforçar o nosso apoio no momento oportuno, especialmente no domínio da indústria cultural. Concordo plenamente com os vários pontos apresentados há pouco pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong, nomeadamente quanto à cidade de gastronomia, à nossa cultura única e às nossas vantagens institucionais. Devemos reforçar a influência de Macau enquanto centro de intercâmbio cultural entre a China e os países de língua portuguesa, promovendo igualmente grandes eventos artísticos internacionais e iniciativas de excelência artística e cultural, para contribuir para a realização do posicionamento de “uma base” que se trata, sem dúvida, de uma tarefa a longo prazo. Contudo, é prioritário que o Governo acelere o desenvolvimento do sector cultural de Macau, especialmente as indústrias que têm como impulso as características culturais de Macau. Recentemente, realizámos uma análise simples e reconhecemos que algumas vertentes, tais como *design*, espectáculos e características culturais de Macau, particularmente os festivais sazonais, merecem mais a nossa promoção. Claro que isto inclui também a nossa gastronomia e arquitectura. Através da promoção do Governo e a cooperação com o sector privado, pretendemos, em parceria, assinalar a singularidade desta base e as vantagens institucionais únicas de Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chan Wa Keong.

**Chan Wa Keong:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Com a publicação das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, definem-se posicionamentos estratégicos, objectivos e conteúdos claros para a construção da Grande Baía. Os residentes de Macau receberão benefícios no âmbito da cultura e educação, segurança social, serviços públicos e inovação tecnológica, e Macau irá encontrar oportunidades ao integrar-se na conjuntura nacional de desenvolvimento, com prioridade atribuída ao desenvolvimento da economia e da área jurídica.

Sob o quadro do princípio “um país, dois sistemas”, o Governo da RAEM tem desempenhado plenamente o papel de “um centro, uma plataforma e uma base” e tem realizado muitos trabalhos, com bons resultados, no aprofundamento contínuo da cooperação trilateral de Guangdong, Hong Kong e Macau em matéria dos serviços jurídicos e da área judicial, especialmente no aprofundamento da assistência e cooperação judiciária inter-regional, bem como na promoção da criação dos mecanismos de troca de opiniões jurídicas e de divulgação jurídica mútua. Um dos elementos essenciais da construção da Grande Baía

é a criação de um ambiente de negócios de acordo com o Direito, por isso uma das missões importantes preconizadas nas Linhas Gerais é promover a criação na Grande Baía de um mecanismo diversificado de resolução de conflitos através de discussão, construção e partilha conjunta, cujo essencial reside na arbitragem e conciliação. A autonomia destes dois mecanismos de resolução de conflitos é relativamente forte, e as cidades da Grande Baía já criaram alguns mecanismos de arbitragem e conciliação. No entanto, tal situação também tem algumas desvantagens como a existência de obstáculos para a execução das decisões arbitrais e dos acordos de conciliação e a existência de ambiguidade na aplicação da lei, pelo que a criação de um mecanismo diversificado de resolução de conflitos na Grande Baía tem um significado muito importante para a construção dessa zona. Sr. Chefe do Executivo, tem alguns planos e medidas concretos para a articulação com os mecanismos de resolução de conflitos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Chan Wa Keong.

Na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a criação de um mecanismo abrangente e diversificado de resolução de conflitos reveste-se de grande importância para a promoção do seu desenvolvimento global, constituindo necessariamente um tema de grande actualidade. As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau prevêm exigências claras em relação à criação do mecanismo diversificado de resolução de conflitos. Neste contexto, Macau deve, em primeiro lugar, aperfeiçoar o seu próprio mecanismo de resolução de conflitos. O Governo da RAEM tem atribuído grande importância à concepção e estabelecimento de um mecanismo diversificado de resolução de conflitos. Em 2014, o Gabinete de Estudo das Políticas concluiu um estudo sobre este tema abrangendo três níveis, incluindo o de cooperação entre Guangdong e Macau e o internacional. No domínio do regime de arbitragem, o Governo da RAEM está a elaborar uma nova Lei da arbitragem para integrar a legislação aplicável à arbitragem local e à arbitragem comercial externa e incorporar regras alinhadas com as práticas internacionais, no sentido de aumentar a possibilidade de reconhecimento mútuo das decisões arbitrais. A proposta de lei já foi submetida à Assembleia Legislativa para apreciação.

Para reforçar a cooperação em matéria de arbitragem com o Interior da China e Hong Kong, o Governo da RAEM já celebrou acordos com o Interior da China e com Hong Kong relativos ao reconhecimento mútuo e execução das decisões arbitrais. No que respeita à conciliação, encontra-se em curso a elaboração de uma lei sobre mediação civil e comercial

e também a auscultação de opiniões das diversas partes interessadas. Recentemente, as instituições de arbitragem das três regiões propuseram a criação de uma aliança de arbitragem da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com o objectivo de integrar os recursos das três partes e aprofundar a cooperação trilateral em matéria de arbitragem. Nesse âmbito, Macau pode destacar-se pela superioridade dos seus árbitros bilingues em chinês e português. O Governo da RAEM está a intensificar a cooperação com as demais cidades da Grande Baía, com o propósito de contribuir conjuntamente para a criação de um mecanismo diversificado de resolução de conflitos na Grande Baía. Gostaria de sublinhar que as Linhas Gerais prevêm a criação de um ambiente de negócios com competitividade global, assim como a necessidade de reforçar o intercâmbio e a cooperação judiciária entre Guangdong, Hong Kong e Macau, promover a criação de um mecanismo diversificado de resolução de conflitos através de discussão, construção e partilha conjunta, no sentido de proporcionar serviços e garantias judiciais de alta qualidade, eficientes e convenientes para a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Neste domínio, envidaremos todos os esforços para, por um lado, participar activamente e, por outro, valorizar plenamente a superioridade dos árbitros com competência bilingue em chinês e português.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Lao Chi Ngai.

**Lao Chi Ngai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Nas instruções dadas em 2018 sobre o desenvolvimento de Hengqin, o Presidente Xi Jinping afirmou a necessidade de não esquecer o nosso objectivo inicial e sublinhou a importância de tornar o local cheio de inovação e dinamismo para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Isto bem reflecte a grande atenção prestada pelo Presidente Xi Jinping a Macau, bem como a grande importância e o grande apoio para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, e tal espírito está bem presente nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

A cidade de Zhuhai tem estado muito activa recentemente. Durante as Duas Sessões deste ano, o Presidente deste Município, Yao Yisheng, afirmou que iria lançar uma série de políticas e medidas para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, bem como proceder a uma nova revisão do planeamento urbanístico, tendo em vista a salvaguarda da prosperidade e estabilidade de Hong Kong e Macau e a

promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. A missão e a direcção de Zhuhai são claras, mas, por enquanto, os pormenores não estão disponíveis.

Sr. Chefe do Executivo, como é que Macau vai impulsionar a cooperação aprofundada com Hengqin de Zhuhai? Existe alguma concepção concreta para promover efectivamente o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo. Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Lao Chi Ngai. Obrigado, Sr. Presidente.

O desenvolvimento adequadamente diversificado e sustentável da economia de Macau constitui um foco a longo prazo para o Governo da RAEM. Sendo Hengqin um território privilegiado para impulsionar a diversificação adequada da economia, a promoção pragmática da cooperação entre as duas regiões assume grande relevância. Em resposta às questões levantadas há pouco pelo Sr. Deputado Lao, com efeito, o dirigente de Zhuhai fez recentemente uma intervenção pública e tem realizado várias discussões com os serviços competentes do Governo da RAEM. Tal como referi, na Conferência Conjunta Guangdong-Macau a realizar no dia 23, será celebrado um acordo especial para a zona de cooperação, no sentido de acelerar a colaboração entre ambas as partes. O Parque Industrial de Medicina Tradicional Chinesa ocupa actualmente o terreno do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau e iremos acelerar a aprovação dos projectos de investimento pendentes de Macau nesse Parque, visando alargar a cooperação no domínio financeiro. Pretendemos também promover a concretização do modelo de “liberalização na primeira linha e controlo na segunda” e incluir Macau no planeamento ferroviário de alta velocidade da costa ocidental do Delta do Rio das Pérolas, intensificando ainda mais a cooperação industrial com Hengqin. Estas iniciativas, tal como o Sr. Deputado mencionou, foram propostas por Zhuhai e estão actualmente em fase de discussão, mas acho que será ainda necessário algum tempo para ter pormenores concretos, pelo que a minha apresentação fica por aqui.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Song Pek Kei.

**Song Pek Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

A família é a pedra basilar para a estabilidade social. Devido ao desenvolvimento social, há um grupo de pais que, na sua juventude, veio trabalhar aqui apesar da dolorosa separação dos seus filhos, para que os seus familiares e filhos pudessem ter uma vida estável. Viveram sozinhos aqui e prestaram serviços a Macau durante dezenas de anos e, agora, na sua velhice, têm um desejo simples e humilde de ter os filhos a cuidar deles de perto e toda a família a viver em conjunto. Para atingir este desejo, eles andam sempre de um lado para outro a pedir, situação que creio ser do seu pleno conhecimento, pois eles se ajoelharam para pedir ajuda aquando da sua reeleição e, na altura, o Sr. Chefe do Executivo prometeu que iria reflectir a situação, activamente, junto do Governo Central. Hoje em dia, ainda estão a correr de um serviço para outro a entregar cartas e a pedir ajuda. No entanto, não obstante tantos serviços visitados e tantas cartas entregues, foram sempre atendidos por um chefe de departamento, e a resposta foi sempre a mesma: a sua solicitação já está anotada e vai ser relatada junto do superior hierárquico. Perante esta atitude, como é que esses pais podem ficar quietos à espera? Por isso, eles têm de continuar a marchar e a entregar as suas cartas, lutando pelos seus direitos e interesses. Eles afirmam que, no passado, dialogaram com diferentes grupos e personalidades da sociedade, incluindo alguns colegas presentes aqui como os Deputados Zheng Anting, Ng Kuok Cheong e Sou Ka Hou. Todos dizem que têm simpatia por eles e querem apoiá-los, e a sociedade também tem uma atitude positiva perante isto. Nesta atmosfera social, acredito que se o Governo da RAEM conseguir actuar de forma activa, há certamente uma solução para tudo.

Sr. Chefe do Executivo, gostaria de saber se o Governo da RAEM tem ainda a oportunidade de resolver a questão dos “filhos maiores” dentro do seu mandato? É possível ou não? Hoje, tenho uma carta a entregar ao Sr. Chefe do Executivo, subscrita por esses pais, e espero que possa arranjar um encontro com eles.

Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões da Sr.<sup>a</sup> Deputada Song Pek Kei.

Compreendo profundamente o desejo dos residentes de Macau de reunir-se com os seus filhos nascidos no Interior da China. O Governo da RAEM tem prestado muita atenção à questão de reunião familiar dos residentes de Macau com os seus filhos no Interior da China. Nos termos da Lei Básica, a entrada dos residentes do Interior da China em Macau para fixar residência é matéria da competência do Governo Popular Central. Desde 2015 até à presente data, o Governo da RAEM já se reuniu 12 vezes com os representantes dos agregados

familiares em causa e reflectiu ao Governo Central todas as opiniões e solicitações recolhidas. Em Novembro de 2009, as autoridades de segurança pública do Interior da China divulgaram as “Informações relevantes sobre os requisitos para a fixação de residência em Macau, dos filhos maiores que se encontram no Interior da China, de pais residentes de Macau”, nas quais foram claramente definidos os critérios e princípios para a resolução da situação dos “filhos maiores”. Os “filhos maiores” referem-se a indivíduos que preenchem os requisitos de idade à data de apresentação do pedido, ocorrida antes do dia 1 de Novembro de 2001, mas que atingiram o limite máximo de idade durante a espera do resultado. Estes requerentes podem, a partir do dia 1 de Dezembro de 2009, apresentar o seu pedido junto dos serviços de migração dependentes das autoridades de segurança pública ao nível distrital ou superior do local onde estão a residir, não tendo prazo definido para isso. Quanto aos pedidos submetidos após o dia 1 de Novembro de 2001, o tempo de espera deixa de prejudicar o resultado de apreciação.

Além disso, de acordo com as normas das autoridades de segurança pública do Interior da China, os residentes que se encontrem estabelecidos em Macau e com idade igual ou superior a 16 anos, sem filhos a tomar conta deles em Macau, podem requerer a vinda de um filho do Interior da China para residir em Macau, a título de “Filhos a cuidar de pais idosos e dependentes residentes em Macau”, devendo os interessados que reúnam os requisitos apresentar o pedido junto das autoridades de segurança pública do Interior da China. Entre a entrada em vigor desta medida em Dezembro de 2009 e o final de 2018, 9.464 pessoas preencheram os requisitos previstos nas referidas “Informações relevantes” e foram autorizadas a obter o bilhete de identidade de residente de Macau. Assim sendo, a questão dos “filhos maiores” já se encontra resolvida no âmbito das “Informações relevantes”. Hoje, tomei conhecimento das solicitações da Sr.<sup>a</sup> Deputada Song Pek Kei, agradecendo sinceramente a sua intervenção e estou com muita vontade de receber a carta. Vou fazer uma análise detalhada e dar depois uma resposta.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Sou Ka Hou.

**Sou Ka Hou:** Caros cidadãos de Macau,

Normalmente, não gosto de entregar com antecedência as minhas questões para as sessões de perguntas e respostas, porque se eu ler o meu texto e o Chefe do Executivo também responder lendo o seu, tudo perde sentido. Sei que o Chefe do Executivo consegue responder à questão que coloco hoje, só que não sei se quer me dá uma resposta clara e directa. Gostaria de citar as palavras do pai de uma estudante universitária que faleceu num acidente de trânsito

no mês passado: “A minha filha não foi a primeira, nem será a última, a menos que os cidadãos queiram levantar-se e solicitar a mudança por parte do Governo.” Nos últimos anos, temos assistido a vários acidentes fatais causados por condutores provenientes do Interior da China, sinais de alerta que devem despertar a atenção do Governo. Com a assinatura do acordo de reconhecimento recíproco das cartas de condução, a execução da lei tornar-se-á certamente mais difícil, especialmente no combate aos condutores ilegais e à condução perigosa. Mais ainda, no Interior da China há actualmente mais de 300 milhões de condutores. Na sequência do reconhecimento recíproco, todos eles passam a ser potenciais condutores de veículos em Macau. Há metáforas que descrevem bem esta situação — o reconhecimento das cartas de Macau pelo Interior da China é como despejar um copo de água no oceano, é apenas uma gota de água no oceano, mas o reconhecimento das cartas do Interior da China por Macau é como despejar um balde de óleo numa chama, isto é, colocar mais lenha na fogueira. A minha questão é, em 2013, o Governo já encomendou à Universidade de Macau um estudo sobre esta matéria. Por outro lado, as normas para a consulta elaboradas em 2011 prevêem claramente que as políticas principais devem ser precedidas da realização de consulta pública. Há muitos cidadãos que questionaram porque não negociar uma solução de reconhecimento unilateral pelo Interior da China, e eu recorro as palavras do Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, afirmando que nas políticas relativas a Hong Kong e Macau, o Governo Central deve, sempre que possível, adoptar as propostas apresentadas pelas regiões administrativas especiais. Então, tenho uma questão muito simples: O Governo ou o Chefe do Executivo vai esperar que mais vidas sejam perdidas, e só depois disso vai parar, reflectir e retirar o actual plano de reconhecimento recíproco, realizar uma consulta pública, ouvir a voz verdadeira dos cidadãos e planear prudentemente?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Sou Ka Hou.

Em primeiro lugar, gostaria de reafirmar que sinto profundo pesar pelo acidente ocorrido. Qualquer infortúnio sofrido pelos residentes em Macau causa-nos tristeza. Contudo, é necessário fazer uma distinção clara entre os assuntos. Devemos, sem dúvida, reforçar e intensificar o combate a actos ilegais, mas também devemos ter em conta que o reconhecimento recíproco das cartas de condução já existe em diversas partes do mundo, não se trata de uma novidade, visa facilitar e apoiar a vida dos cidadãos na Grande Baía. Não devemos misturar o acidente de trânsito com o reconhecimento recíproco. São dois assuntos distintos. Podemos pedir os esclarecimentos adicionais da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, para que a população em geral compreenda melhor que o reconhecimento recíproco das cartas de condução é reconhecer a habilitação para conduzir. Isto não significa que os veículos do exterior possam circular livremente em Macau. O Sr. Deputado Sou Ka Hou afirmou há pouco que eu posso dar uma resposta directa, e eu queria

responder directamente que, primeiro, considero que são dois assuntos separados. Perante actos ilegais, devemos intensificar a execução da lei. Isto é o nosso dever. Em relação à tragédia, sinto uma profunda tristeza no meu coração. No entanto, o reconhecimento recíproco é um outro assunto. Por isso, na minha opinião, devemos tratar dos dois assuntos separadamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Si Ka Lon.

**Si Ka Lon:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Nos últimos 10 anos, o Sr. Chefe do Executivo tem insistido iniciativa apresentada em tempo de eleições — inovação em toda a cidade e união para o futuro melhor. Sob a sua liderança, o Governo da RAEM tem cumprido seriamente as suas funções e assegurado uma governação estável e sustentável. Com o empenho na concretização das ideias governativas de ter por base a população e de construir e partilhar em conjunto, o problema das 19 mil habitações públicas, herdado da história, foi resolvido de forma relativamente melhor, acelerando-se o ritmo de acesso à habitação pública. Mais, a comparticipação da fortuna social aumentou significativamente, passando de pouco mais de mil milhões, em 2009, para mais de 18 mil milhões em 2019. Pode então dizer-se que os resultados da governação nos últimos 10 anos foram notáveis. Apesar de o Sr. Chefe do Executivo ter concretizado a maior parte das suas acções governativas, em algumas matérias não conseguiu os resultados pretendidos, por exemplo, o regime de recrutamento centralizado, não obstante alguma melhoria, não consegue tornar o recrutamento altamente eficiente; a Lei da renovação urbana, que está em discussão e estudo há mais de 10 anos, continua por legislar; e as obras públicas apresentam constantes alterações e falta de rigor na gestão orçamental, faltando mecanismos eficazes de resposta. Recentemente, alguns governantes, por estarem prestes a deixar os seus cargos, já manifestaram uma atitude passiva nas suas afirmações e actuações, abandonando mesmo a antiga postura positiva e o empenho na resposta às diversas sugestões da sociedade. Sr. Chefe do Executivo, relativamente ao recrutamento centralizado, ao processo legislativo da Lei da renovação urbana e à construção e gestão orçamental das obras públicas, de que medidas de melhoria dispõe? Como é que vai mudar a postura passiva de alguns governantes, para que estes mantenham o seu empenho e dedicação, concluindo todas as tarefas governativas durante o resto do seu mandato?

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Si Ka Lon.

Ao longo dos últimos 10 anos, o Governo da RAEM tem actuado de forma pragmática e proactiva, implementando com empenho os diversos planos e compromissos governativos, com o objectivo de melhorar o bem-estar social e promover o desenvolvimento de diversos trabalhos. Quanto aos três aspectos perguntados pelo Sr. Deputado Si Ka Lon, o Governo tem promovido proactivamente o seu desenvolvimento, mas reconheço que talvez o resultado seja aquém do esperado pela população, e foi por isso que foram levantadas essas questões. Isso merece uma devida reflexão.

No que respeita ao recrutamento de trabalhadores dos serviços públicos, em 2016, o Governo procedeu a uma reforma do regime de recrutamento centralizado, passando a implementar o regime de concurso de gestão uniformizada. Desde a implementação do novo regime até ao presente, o Governo tem constantemente analisado as experiências e tem promovido o seu aperfeiçoamento. No domínio da renovação urbana, o Governo já concluiu diversos trabalhos legislativos sobre esta matéria, nomeadamente a Lei n.º 2/2019, que regula o regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios; Segundo, o Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana foi recentemente aprovado pela Assembleia Legislativa; Terceiro, concluímos a elaboração do regulamento administrativo que regula a constituição da Macau Renovação Urbana S.A. e dos seus estatutos; O quarto prende-se com a alteração da percentagem mínima dos direitos de propriedade para o procedimento de reconstrução, sobre a qual o Conselho para a Renovação Urbana já chegou a consenso e os grupos especializados já apresentaram propostas concretas. O Governo vai acelerar o processo legislativo desta matéria. No que diz respeito à concepção e gestão orçamental das obras pública, com a promulgação da Lei de enquadramento orçamental, o Governo tem reforçado rigorosamente a gestão orçamental das obras públicas, adoptando uma série de medidas para aperfeiçoar a fiscalização dos projectos. É justo reconhecer que, nos últimos anos, alguns projectos foram bem executados, enquanto outros não, mas acredito que a justiça está no coração das pessoas e que os residentes conseguem realizar uma avaliação clara e justa, pois podem constatar o empenho do Governo na melhoria contínua.

O Sr. Deputado Si Ka Lon referiu que o mandato do presente Governo está a chegar ao fim dentro de alguns meses e que o cumprimento de funções e responsabilidades constitui um dever fundamental dos trabalhadores dos serviços públicos de todos os níveis. De facto, acredito que a maioria dos serviços públicos e dos seus trabalhadores tem uma boa atitude de trabalho e tem cumprido as suas funções proactivamente para prestar melhores serviços públicos à população em geral, facto esse que merece o meu reconhecimento. O presente Governo vai continuar a trabalhar com empenho, persistência e sentido de responsabilidade, de modo a implementar os trabalhos planeados e cumprir escrupulosamente os compromissos

assumidos no quadro das acções governativas, procurando, como todos os esforços, alcançar os objectivos governativos previstos. Vou ficar atento e espero que não ocorra a situação por si mencionada.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Leong On Kei.

**Leong On Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros colegas,

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau preconizam expressamente a promoção da sinergia na cooperação dos serviços financeiros com características próprias na Grande Baía, e o Banco da China já criou, na sua sucursal em Macau, uma plataforma para o financiamento empresarial com características próprias, ambas as medidas visam o desenvolvimento dos serviços financeiros com características próprias de Macau. Contudo, o sector financeiro com características próprias de Macau encontra-se na fase inicial de desenvolvimento, na qual existem ainda imensos desafios e dificuldades, por exemplo, imperfeições da legislação e políticas complementares, falta de profissionais qualificados e conhecimento ainda insuficiente por parte do mercado de investimentos.

Sr. Chefe do Executivo, como é que o sector financeiro com características próprias de Macau pode ultrapassar os obstáculos e dificuldades existentes, valorizar as suas vantagens enquanto ponte de ligação entre a China e os países de língua portuguesa na cooperação regional, bem como utilizar os recursos humanos qualificados e as vantagens tecnológicas do Interior da China para conseguir o seu desenvolvimento?

Mais, como vai proceder ao aperfeiçoamento das políticas complementares de incentivo e à formação dos quadros qualificados locais da área financeira para satisfazer as necessidades do futuro desenvolvimento? Apesar de Macau ter promovido os serviços financeiros com características próprias, há quem diga que a divulgação e a promoção do Governo são insuficientes. Então, como vai reforçar os trabalhos relacionados para que o mercado de investimentos, as empresas e o público conheçam melhor a situação concreta do sector financeiro com características próprias de Macau, no sentido de melhorar o ambiente para o seu desenvolvimento e criar um sistema financeiro com características próprias?

Obrigada.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões da Sr.ª Deputada Leong On Kei.

As Linhas Gerais definem claramente a direcção geral do desenvolvimento financeiro da Grande Baía, bem como o posicionamento estratégico de cada cidade no domínio financeiro. Com vista a desempenhar bem o papel de Macau como plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa e a melhorar a construção do sistema financeiro com características próprias, o Governo adoptou as seguintes medidas estratégicas:

Apoiar o financiamento às empresas dos países de língua portuguesa e às empresas de Macau e do Interior da China que investem nesses países; Incentivar as empresas de capitais chineses com negócios nos países de língua portuguesa a estabelecerem a sua sede regional em Macau para esses negócios; Encorajar o estabelecimento em Macau de mais empresas de qualidade que desenvolvam actividades de financiamento e locação e de locação financeira, desenvolvendo mais actividades destinadas aos países de língua portuguesa; Procurar activa e constantemente o apoio do Governo Central através das políticas públicas, no sentido de melhorar as infra-estruturas destinadas à actividade de liquidação em renminbi entre a China e os países de língua portuguesa, apoiar as instituições financeiras de Macau na participação no agenciamento e na distribuição das obrigações locais da Grande Baía ou da Província de Guangdong, criar uma plataforma financeira verde, proporcionando meios de financiamento mais amplos para projectos verdes da Grande Baía e dos países de língua portuguesa. Para satisfazer a procura dos quadros qualificados necessários ao desenvolvimento do sector financeiro com características próprias de Macau, apoiamos as instituições locais de ensino superior na organização e co-organização de cursos superiores profissionais, melhorando a qualidade dos quadros qualificados locais na área financeira e, por outro lado, elaborámos já o “Plano de formação de quadros qualificados da área financeira de Macau”, disponibilizando um directório de quadros qualificados do sector financeiro necessários ao desenvolvimento das finanças com características próprias e apresentando propostas concretas para a formação dos quadros qualificados de Macau na área financeira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Zheng Anting.

**Zheng Anting:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

Segundo o relatório de trabalho do Governo Central, divulgado durante as Duas Sessões deste ano, envidar-se-ão todos os esforços para Hong Kong e Macau agarrarem as oportunidades preciosas da construção conjunta de “Uma Faixa, Uma Rota” e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, aprofundando plenamente a sua cooperação de benefício mútuo com o Interior da China, no sentido de contribuir para o desenvolvimento e progresso conjuntos de Macau e do Interior da China. Macau e o Interior da China têm de criar sistemas de cooperação ou inovar os mecanismos, pois só assim torna possível uma melhor articulação com a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau preconizam, expressamente, o apoio a Jiangmen na construção da Zona Económica da Baía Daguang em cooperação com Hong Kong e Macau e a aceleração do desenvolvimento da zona costeira da Baía Yinhu, em Jiangmen. Recentemente, durante as Duas Sessões, 24 membros de Macau no Comité Nacional da CCPPC apresentaram conjuntamente uma proposta, visando apoiar o estudo de uma zona experimental especial Macau-Jiangmen, tendo proposto também ideias inovadoras para promover o modelo da plataforma de cooperação transfronteiriça, o que contribui para a concretização de um desenvolvimento divergente e complementaridade de vantagens de Macau e Jiangmen.

Sr. Chefe do Executivo, qual é a ideia do Governo sobre a cooperação entre Jiangmen e Macau na construção duma zona experimental especial? Os governos de Guangdong e de Macau já discutiram e estudaram conjuntamente sobre esta matéria? O Governo vai apresentar mecanismos concretos e inovadores no âmbito da interligação do projecto-piloto desta zona experimental, para acelerar a integração de Macau na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Zheng Anting.

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau prevêm expressamente o apoio à cooperação entre Jiangmen, Hong Kong e Macau para a construção da Zona Económica da Baía Daguang e a aceleração do desenvolvimento da zona costeira da Baía Yinhu, em Jiangmen. Durante as Duas Sessões deste ano, 24 membros de Macau no Comité Nacional da CCPPC apresentaram conjuntamente uma proposta, visando apoiar o estudo e a criação de uma zona experimental especial Macau-Jiangmen, a qual despertou grande interesse da sociedade e grande atenção

do Governo da RAEM. Com vista a agarrar esta oportunidade de desenvolvimento, temos procurado encontrar um modelo inovador para a cooperação com Jiangmen. Desde Setembro do ano passado, o Governo da RAEM e o Governo Municipal de Jiangmen têm realizado várias reuniões de trabalho e visitas *in loco*, tendo efectuado negociações amplas e profundas sobre os objectivos e posicionamentos estratégicos, o âmbito regional, o modelo de gestão, o rumo de desenvolvimento e a conjuntura industrial no âmbito da cooperação, havendo, portanto, cada vez mais consenso. A ideia fundamental dessa zona experimental especial Macau-Jiangmen consiste em explorar um novo modelo de cooperação na Grande Baía, aproveitar plenamente as vantagens institucionais de Macau proporcionadas pelo princípio “um país, dois sistemas”, bem como as vantagens geográficas de Jiangmen, designadamente os seus recursos e espaços, no sentido de criar na Grande Baía uma zona experimental com o mais elevado grau de abertura externa. No que respeita ao modelo de gestão da zona experimental, temos duas ideias a considerar: Uma é o modelo de construção e administração conjuntas, outra é o modelo da Universidade de Macau.

Nas duas reuniões de alto nível entre Guangdong e Macau realizadas em Novembro do ano passado e em Março deste ano, discuti este assunto com o Secretário Li Xi e o Governador Provincial Ma Xingrui. Ambas as partes concordaram em concretizar e promover os estudos preliminares e os trabalhos de fundamentação dessa zona experimental especial Macau-Jiangmen no quadro do princípio “um país, dois sistemas” da Lei Básica, esperando que, através do empenho conjunto, conseguir no futuro o apoio do Governo Central.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Chan Chak Mo.

**Chan Chak Mo:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Chefe do Executivo, Srs. Membros do Governo, caros colegas,

As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, divulgadas no dia 18 de Fevereiro deste ano, são um documento director e orientador para a cooperação e o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com planos de curto prazo até 2022 e de longo prazo até 2035. Para além de caber a Macau, uma das quatro principais cidades da Grande Baía, concretizar os posicionamentos estratégicos de “um centro” e de “uma plataforma”, promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e criar “uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas

diversificadas”, o documento menciona também o apoio a Hong Kong, Macau, Cantão e Foshan na divulgação das suas culturas gastronómicas específicas, com vista à criação conjunta de metrópoles gastronómicas mundiais.

Assim, Sr. Chefe do Executivo, quais são os planos de acção ou medidas de que dispõe a RAEM para incentivar a cooperação entre os diversos sectores e o Governo, em articulação com as outras três cidades da Grande Baía, ou seja, Hong Kong, Cantão e Foshan, tendo em vista a concretização ordenada do objectivo de divulgação das culturas gastronómicas específicas para a criação conjunta de metrópoles gastronómicas mundiais?

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Chan Chak Mo.

No ano passado, foi dado início a um plano de trabalho de quatro anos para o desenvolvimento da cidade de gastronomia, cujo conteúdo inclui a criação de um mecanismo de gestão e supervisão, a intensificação da promoção de Macau como cidade de gastronomia na Grande Baía e no mundo, a educação e transmissão da cultura gastronómica local que tem mais de 400 anos de história, o reforço da cooperação e intercâmbio, a realização do Fórum Internacional de Gastronomia de Macau, o apoio ao desenvolvimento do sector de restauração local e o incentivo à cooperação transectorial com indústrias culturais criativas. Como referido há pouco, a cooperação com as cidades vizinhas passa pelos intercâmbios com base na tradição e inovação para promover a realização das actividades de divulgação gastronómica de diferentes formas e o desenvolvimento do turismo de gastronomia.

Gostaria de salientar que, na realidade, diversos serviços públicos estão envolvidos nestes trabalhos, como por exemplo, a Direcção dos Serviços de Turismo tem-se empenhado na promoção, divulgação e execução de uma série de trabalhos no âmbito da Cidade Criativa da Gastronomia da UNESCO. A Direcção dos Serviços de Economia tem prestado apoio através do seu fundo, especialmente às pequenas e médias empresas de Macau para apoiar a sua revitalização e optimização. O Fundo das Indústrias Culturais, por sua vez, tem dado apoio aos projectos de *redesign* e de *rebranding*. Prestamos sempre especial atenção e apoio às PME's, e acredito que, no futuro, realizaremos ainda mais iniciativas para as apoiar.

Contudo, as PME's enfrentam certos desafios, em relação aos quais realizámos várias reuniões com o Instituto para os Assuntos Municipais para abordar como proceder à remodelação no quadro da legislação em vigor para assegurar uma efectiva revitalização e optimização. Além disso, existe também o desafio da sucessão familiar, pois muitas vezes a

segunda geração não está interessada em continuar os negócios de restauração desenvolvidos por essas PMEs. Em face disso, envidaremos todos os esforços para fazer bem os nossos trabalhos. No futuro, a Direcção dos Serviços de Turismo, a Direcção dos Serviços de Economia, o Fundo das Indústrias Culturais e o Instituto para os Assuntos Municipais irão, em conjunto, prestar apoio aos trabalhos no âmbito da cidade de gastronomia, com especial foco na gastronomia tradicional de Macau e nas lojas das PMEs.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

No dia 11 de Abril do ano passado, o Governo promulgou a Ordem Executiva n.º 62/2018, através da qual delega no Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo Arrais do Rosário, todos os poderes necessários para, em nome da Região Administrativa Especial de Macau, celebrar com o Ministério da Segurança Pública da República Popular da China o acordo entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau sobre o reconhecimento recíproco das cartas de condução. Isto já aconteceu há mais de um ano. Qual é o seu andamento? A população pediu-me para perguntar ao Sr. Chefe do Executivo: já há mais de um ano desde a assinatura da Ordem Executiva n.º 62/2018, qual é a situação da negociação entre RAEM e o Interior da China sobre o reconhecimento recíproco das cartas de condução? Qual é a decisão final do Governo? Vai proceder, ou não, ao reconhecimento das cartas de condução? A decisão final vai ser tomada ainda este ano? Ou a decisão final sobre o reconhecimento, ou não, das cartas de condução só será tomada no futuro? Aproveitando a ocasião, os pais dos “filhos maiores” pediram-me apresentar uma carta destinada ao Sr. Chefe do Executivo. Vou depois entregar-lhe a carta.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Mak Soi Kun.

O Governo da RAEM tem promovido de forma ordenada os trabalhos relativos ao reconhecimento recíproco das cartas de condução entre o Interior da China e Macau.

Actualmente, o Governo mantém uma estreita comunicação com as autoridades competentes do Interior da China e o andamento dos trabalhos está a correr bem. Após a conclusão dos trabalhos necessários, será celebrado um acordo.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Vong Hin Fai.

**Vong Hin Fai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

O relatório de trabalho do Governo apresentado em Março do corrente ano pelo Primeiro-Ministro, Li Keqiang, prevê expressamente a necessidade de implementar o planeamento de construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, de promover a convergência das regras, bem como de fomentar a circulação dos elementos de produção e a facilitação da mobilidade humana. Na realidade, o Conselho de Estado e as autoridades das três localidades, nomeadamente, Guangdong, Hong Kong e Macau, têm envidado todos os esforços e promovido ordenadamente a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, tendo como resultados, por exemplo, o reforço da interligação e intercomunicação das infra-estruturas, a inauguração da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do troço de Hong Kong da linha ferroviária de alta velocidade de Hong Kong-Shenzhen, a promoção estável da construção do centro internacional de inovação tecnológica, a formação acelerada do corredor de inovação tecnológica “Cantão-Shenzhen-Hong Kong-Macau”, a obtenção de progressos na facilitação de investimento, na liberalização do comércio e na facilitação de circulação de pessoas e bens, a elevação contínua do nível de integração do mercado, o lançamento sucessivo das políticas e medidas que facilitam a vida quotidiana e o emprego da população de Hong Kong e Macau no Interior da China, bem como o aumento contínuo do sentimento de felicidade e de realização dos habitantes da Grande Baía. Assim, Sr. Chefe do Executivo, como irá o Governo da RAEM articular-se e participar nos referidos trabalhos?

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Vong Hin Fai.

O Governo da RAEM segue o planeamento do Governo Central, colaborando activamente com os governos de Guangdong e de Hong Kong na construção da Grande Baía, com o objectivo de desenvolver a Grande Baía para se tornar numa área metropolitana de

nível mundial com dinamismo e de elevar o sentimento de realização e felicidade da população de Macau. Para o efeito, o Governo já iniciou uma série de trabalhos que podem ser sintetizados nos seguintes cinco pontos:

Primeiro, reforçar a criação de mecanismos. Foi criado, ao nível do Governo Central, o Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Paralelamente, a RAEM criou a Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, presidida pelo Chefe do Executivo, e criou também a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, à qual cabe assegurar os trabalhos de secretariado.

Segundo, reforçar a coordenação e comunicação. Os serviços competentes do Governo da RAEM irão ter em conta as próprias funções para lançar sucessivamente políticas e medidas concretas para apoiar o desenvolvimento da Grande Baía, promover a implementação dos planos específicos e propostas de execução relativos à inovação tecnológica, interligação e intercomunicação das infra-estruturas, entre outros.

Terceiro, clarificar as prioridades e promover a sua implementação ordenada. As Linhas Gerais enumeraram 49 iniciativas direccionadas a Macau. Em conformidade com o planeamento do Governo Central, será estudado e elaborado os planos anuais de trabalhos prioritários com definição clara das entidades responsáveis de cada projecto.

Quarto, elaborar os anexos ao Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau. Serão incorporados conteúdos respeitantes à articulação e alinhamento com o desenvolvimento da Grande Baía.

Quinto, incentivar a participação activa de todos os sectores da sociedade nos trabalhos de divulgação e promoção. Na sequência das várias reuniões sobre o tema, verificamos que todos desejam aumentar o sentimento de realização e felicidade dos residentes de Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Chefe do Executivo,

O reconhecimento recíproco das cartas de condução é uma política de transportes de

grande relevância, portanto, o Deputado Sou Ka Hou tem muita razão em perguntar se vai haver uma consulta pública. O Sr. Chefe do Executivo não deve ignorar a questão.

Bem, volto a colocar a minha questão. Sr. Chefe do Executivo, quando se candidatou à reeleição em 2014, prometeu publicamente a construção de 28 mil habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros. O seu mandato está prestes a terminar, mas nem uma dessas fracções foi construída. Isso significa que não fez nada para cumprir a sua promessa solene? É uma grave perda de credibilidade perante o povo. Por outro lado, há dois anos que prometeu que iria abrir, ainda durante o mandato deste Governo, mais uma candidatura à habitação económica, e o Governo já anunciou que vai fazê-lo este ano. Contudo, a população ficou muito desapontada, porque o Governo revelou que apenas 4 mil fracções serão postas à candidatura, e que independentemente do regime aplicável, quer do regime antigo quer do regime novo, não vai haver lista de espera após a conclusão da atribuição dessas 4 mil fracções, as quais são apenas uma gota de água no oceano para dezenas de milhares de candidatos. Mas mais surpreendente é ter ainda revelado que 25% dessas 4 mil fracções, ou seja, 1000 fracções, são T1. Sabe-se que, quer seja o método de ordenação por pontuação previsto na nova lei, quer o de graduação e sorteio na lei actual, os candidatos individuais apenas acompanham a corrida, não tendo qualquer oportunidade de acesso à habitação económica. Só os agregados familiares nucleares é que conseguem sempre uma habitação económica, e estes são normalmente compostos por algumas pessoas, ou seja, mais de um indivíduo, portanto, as fracções T1 são completamente inadequadas. Trata-se de uma distribuição errada de recursos e uma burla aos cidadãos.

Na minha opinião, o Governo já sabe que são muitos os candidatos à habitação económica, que os terrenos reservados para habitação pública são suficientes para construir mais de 40 mil fracções, e que vai aumentar o número de terrenos onde é possível construir habitação pública devido à caducidade da concessão de muitos terrenos, portanto, o Governo deve libertar mais terrenos para a construção de habitação económica. Tomando como exemplo o terreno na Avenida Wai Long, com mais de 60 mil metros quadrados, é possível construir mais de 6.500 habitações económicas, então, porque é que não as incluir na presente candidatura, aumentando as fracções disponíveis para mais de 10 mil, para mostrar a sua sinceridade no cumprimento das promessas?

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Au Kam San.

O Governo da RAEM atribui grande importância às necessidades habitacionais básicas

dos residentes e tem prosseguido firmemente a política de habitação pública assente no princípio da habitação social com um papel principal e a habitação económica com um papel secundário. Nos termos da Lei da habitação económica, a abertura do concurso só pode ter lugar após a confirmação da localização, quantidade e tipologia das fracções disponíveis. O concurso para habitação económica previsto para 2019 disponibilizará principalmente fracções de quatro projectos da Zona A dos Novos Aterros. Em relação aos quatro terrenos da Zona A dos Novos Aterros, designadamente os lotes B4, B5, B9 e B10, estamos a promover activamente os trabalhos no âmbito do concurso para a elaboração dos projectos de construção das habitações públicas.

O Governo tem promovido activamente a construção das habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros. Relativamente à questão sobre o andamento das obras levantada pelo Sr. Deputado Au, gostaria de esclarecer as razões do atraso na obra de aterro da Zona A. Em Fevereiro de 2015, o funcionamento da fonte de fornecimento de areia foi afectado pelo assoreamento verificado na obra de segmentos tubulares submersos da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Para a coordenação com a execução das obras da Ponte, a extracção de areia na área localizada a norte da zona de construção da Ponte ficou suspensa, o que afectou directamente o fornecimento de areia para a Zona A. Após uma coordenação proactiva por parte do Governo da RAEM e com o pleno apoio do Governo da Província de Guangdong, no período compreendido entre o final de Dezembro de 2015 e Março de 2016, foi temporariamente reaberta a fonte de fornecimento de areia localizada na área a montante da referida zona de construção. Para resolver de forma sustentável o problema do fornecimento de areia marinha à Zona A, no início de Novembro de 2016, foi assinado com a Administração de Oceanos e Pescas da Província de Guangdong um acordo relativo às medidas de reabastecimento de areia, segundo o qual foram abertas duas novas áreas de extracção, a norte da zona de construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, para servirem como fontes de fornecimento de areia destinadas à obra de aterro da Zona A. O fornecimento de areia para a Zona A foi oficialmente retomado em 9 de Dezembro do mesmo ano. Em suma, a obra de aterro sofreu um atraso de cerca de 19 meses, mas o fornecimento de areia para a Zona A foi concluído em Junho de 2017. Para além das habitações públicas de primeira fase na Zona A dos Novos Aterros, este ano iremos também promover o projecto de habitação pública na Avenida Wai Long, dividido em três fases. A primeira fase destina-se principalmente à construção de infra-estruturas sociais e de habitações públicas, enquanto as segunda e terceira fases serão dedicadas às habitações económicas. Tenho de acrescentar que a primeira fase é destinada também às habitações económicas, pois todo o projecto da Avenida Wai Long serve para a construção de habitações económicas. Na sequência das experiências anteriores, o Governo decidiu construir primeiro as infra-estruturas sociais, para evitar a repetição do caso de Seac Pai Van em que os residentes se mudaram para o novo bairro sem que os equipamentos complementares estejam prontos.

Após a recuperação do terreno da Avenida Wai Long, o Governo iniciou a elaboração

do projecto de planta de condições urbanísticas. Após várias discussões do Conselho do Planeamento Urbanístico, a planta de condições urbanísticas foi oficialmente emitida em Abril de 2017 e foram iniciados logo os trabalhos de investigação substancial do projecto, incluindo os trabalhos de grande interesse público tais como a avaliação de impacto ambiental e a avaliação de impacto nos transportes. A conclusão do relatório de recolha de opiniões no âmbito do estudo de implementação da quarta fase está prevista para o segundo trimestre deste ano. Em seguida, iremos dar início à concepção da planta das obras. Quanto ao concurso para habitação económica a ser aberto este ano, nomeadamente à questão da percentagem da tipologia das fracções que o público se preocupa, o Secretário Raimundo Arrais do Rosário já esclareceu na Assembleia Legislativa que isto tem por base os resultados do estudo do Instituto de Habitação sobre a procura de habitação pública.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** O Comissariado contra a Corrupção denunciou, no seu relatório anual de actividades, vários casos de abuso de poder em diferentes aspectos por diversos serviços públicos, provados como factos após a investigação, nos quais envolvem a Delegação em Pequim e o Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos sob directa dependência do Chefe do Executivo, o anterior Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais sob tutela da Secretaria para a Administração e Justiça, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau e o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau sob tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau e a Direcção dos Serviços Correccionais sob tutela da Secretaria para a Segurança, o Instituto Cultural sob tutela da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e o Instituto de Habitação sob tutela da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas e os Serviços de Alfândega dirigidos pelo Director-geral dos Serviços de Alfândega, entre outras entidades. Sr. Chefe do Executivo, vai tratar disso devidamente durante o seu mandato? Tratar devidamente desse assunto não significa seguir os precedentes, apurar somente as responsabilidades penais, civis e disciplinares, mas deve incluir também a responsabilização administrativa. De facto, temos já condições básicas previstas na lei e no regulamento administrativo para esta matéria, como por exemplo, o artigo 23.º do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia prevê a possibilidade de reparo público mediante despacho em determinadas situações; a alínea 6) do n.º 1 do artigo 16.º prevê expressamente que tal situação pode ser a causa da cessação de comissão de serviço; e segundo o Estatuto dos titulares dos principais cargos, deve também ser apurada a responsabilidade dos titulares dos principais cargos, pois no artigo 6.º deste Estatuto prevê-

se expressamente que os titulares dos principais cargos têm a responsabilidade de assegurar que os serviços subordinados não abusem do seu poder. Então, se houver esta situação, deve ter lugar o apuramento da responsabilidade. Perante tantos casos, o Sr. Chefe do Executivo ainda não tomou qualquer decisão concreta? Pode fazer qualquer coisa no âmbito da responsabilização administrativa e não só meramente seguir a tradição, ou seja, apurar responsabilidade nos aspectos civil, penal e disciplinar e em vez disso, tomar decisões sérias e efectivas, realizar a responsabilização administrativa para melhorar a governação?

**Presidente:** Sr. Chefe do Executivo, se faz favor.

**Chefe do Executivo, Chui Sai On:** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas questões do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

A governação de acordo com a lei e a integridade e cumprimento da lei têm sido os nossos princípios. Relativamente às questões observadas no domínio administrativo, particularmente às ilegalidades e irregularidades identificadas nos relatórios anuais do Comissariado contra a Corrupção, o Governo da RAEM atribui a máxima importância. Em absoluto, todos os actos ilegais e irregulares praticados pelos trabalhadores dos serviços públicos são tratados rigorosamente de acordo com a lei. Todos os casos indicados nos relatórios do CCAC que envolvem crimes já foram remetidos ao Ministério Público, tendo sido iniciados os respectivos processos judiciais. Em relação aos trabalhadores dos serviços públicos envolvidos, foram igualmente instaurados processos disciplinares. Tratando-se de pessoal de direcção e chefia, as respectivas funções foram dadas por findas nos termos da lei. Quanto aos casos da área da provedoria de justiça, os serviços em causa já procederam, com base nas recomendações do CCAC, à revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho. A par disso, exige a todos os titulares dos principais cargos que cumpram as disposições do Estatuto dos titulares dos principais cargos e assegurem a direcção ou tutela dos serviços e entidades subordinados. Por outro lado, determinei, por despacho, a criação de grupo de trabalho pela Secretaria para a Administração e Justiça para estudar o aperfeiçoamento do regime disciplinar do pessoal de direcção e chefia. As recomendações apresentadas no presente relatório do CCAC também serão objecto de estudo do Governo da RAEM. Os procedimentos administrativos mencionados há pouco já se consubstanciam em um conjunto das leis e diplomas legais implementados pelo anterior e actual governo e já fiz uma revisão sobre isso.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Srs. Deputados,

Hoje todas as questões dos 30 deputados foram respondidas. Gostaria de agradecer mais uma vez, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Chefe do Executivo, dos

Srs. Membros do Conselho Executivo e das restantes autoridades.

Declaro encerrada a sessão.

**Intérpretes-Tradutores:** Gabinete de Tradução

**Redactores:** Divisão de Redacção e Publicações